1ª CONFERÊNCIA ESTADUAL SOBRE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

RELATÓRIO CONSOLIDADO

PALMAS – TO, MAIO DE 2012

EQUIPE TÉCNICA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO – CGE

ÉLDON MANOEL BARBOSA CARVALHO	***Secretário-Chefe da CGE*** Presidente da Conferência Estadual
JUVENAL GOMES DOS SANTOS	***Subsecretario da CGE*** Presidente da Comissão Organizadora Estadual
FLÁVIO MARQUES DA SILVA	***Coordenador de Acompanhamento e Procedimentos*** Coordenador de Suporte e Atendimento ao cidadão
KELSENE RAMOS ALENCAR	***Assessora de Planejamento*** Coordenadora de Planejamento
JANETE MONTEIRO GOMES	***Assessora de Comunicação*** Coordenadora de Comunicação
FABIANE OLIVEIRA MASCARENHAS	***Economista*** Apoio à Comissão Executiva Estadual
FLORIANO RODRIGUES ALVES	***Assessor Especial*** Apoio à Comissão Executiva Estadual
FABRÍCIO FONSECA FERREIRA	***Assessor Técnico*** Apoio à Comissão Executiva Estadual
RODRIGO FERREIRA RODRIGUES	***Motorista de representação*** Apoio à Comissão Executiva Estadual

EQUIPE TÉCNICA DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU

DAVID LEMOS ROSA	***Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Tocantins*** Coordenador de Mobilização
JOEL DOS SANTOS BRANDÃO	***Analista de Finanças e Controle*** Coordenador da Executiva Estadual
VILMA ROCHA DA SILVEIRA	***Técnica de Finanças e Controle*** Apoio à Comissão Executiva Estadual
MÁRCIO SARAIVA DE SOUZA	***Motorista*** Apoio à Comissão Executiva Estadual

COLABORADORES

ALINE QUEIROZ LABRE	***Secretaria da Educação*** Apoio à Comissão Executiva Estadual
ANTÔNIO DUARTE JÚNIOR	***Secretaria da Comunicação*** Coordenador de Marketing
RÉGINA MERCÊS AIRES RODRIGUES	***Secretaria do Trabalho e Assistência Social*** Coordenadora de Mobilização
PAULO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA	***Secretaria da Saúde*** Apoio à Comissão Executiva Estadual

I – APRESENTAÇÃO

A CONSOCIAL, no Brasil, teve início em 8 de dezembro de 2010, quando o Presidente da República assinou o Decreto de Convocação da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, em atendimento à demanda da sociedade para que governos, cidadãos, empresas e organizações da sociedade civil pudessem pensar e estabelecer, em conjunto, diretrizes para a efetiva promoção da transparência pública e do controle social.

No Tocantins, tudo começou em 16 de junho de 2011, quando foi publicado o Decreto nº 4.317 convocando a Etapa Estadual e designando a Controladoria Geral do Estado como Coordenadora da Conferência no Estado, sob o tema: "A Sociedade no Acompanhamento da Gestão Pública. A assinatura do Decreto e o lançamento da CONSOCIAL TOCANTINS ocorreram no Auditório do Palácio Araguaia, sede do Governo Estadual, com a participação de autoridades estaduais e municipais. Em 7 de julho foram convocadas, por meio de Decretos Intermunicipais, as 15 (quinze) Conferências Regionais, contemplando todos os municípios do Estado. Em seguida, o Secretário-Chefe da CGE editou a Portaria de Constituição da Comissão Organizadora Estadual – COE, com integrantes do Poder Público, Sociedade Civil e Conselhos de Políticas Públicas.

II – O QUE É A CONSOCIAL?

A 1ª CONSOCIAL é uma iniciativa da Controladoria Geral da União – CGU que, por meio das Controladorias nos Estados, no caso do Tocantins, da Controladoria Geral do Estado – CGE, busca traçar diretrizes de atuação para assegurar a efetividade das políticas públicas de promoção da transparência pública e da participação social, além de fazer um diagnóstico sobre a adoção e implementação dessas políticas nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal.

A referência para o debate nacional pautou-se no Texto-Base elaborado pela Comissão Organizadora Nacional – CON da 1ª CONSOCIAL, cujo objetivo é orientar o processo de discussões nas diversas etapas do evento, possuindo, portanto, um caráter propositivo e de apresentação dos temas. O Texto-Base está estruturado em duas partes: a primeira, com os quatro Eixos Temáticos e, a segunda, identificada como Apêndice I, com o mapeamento e diagnóstico sobre como os temas da transparência pública, controle social, atuação de conselhos como instâncias de controle e prevenção e combate à corrupção foram abordados nas 74 conferências nacionais realizadas entre 2003 e 2010.

III – EIXOS TEMÁTICOS

A CONSOCIAL possui quatro eixos temáticos que abrangem os seguintes temas: *"Promoção da Transparência Pública e Acesso à Informação e a Dados Públicos; Mecanismos de Controle Social, Engajamento e Capacitação da Sociedade para o Controle da Gestão Pública; Atuação dos Conselhos de Políticas Públicas como Instâncias de Controle; e Diretrizes para a Prevenção e Combate à Corrupção"*.

IV – METODOLOGIA

As Conferências seguiram os procedimentos, metodologia e documentos de referência estabelecidos pela Comissão Organizadora Nacional – CON, contando com representantes da Sociedade Civil (60%), dos Conselhos de Políticas Públicas (10%) e do Poder Público (30%).

Em 23 de agosto de 2011 foi realizado o "Curso de Capacitação sobre a Metodologia da CONSOCIAL", com a participação de alguns membros integrantes da Comissão Organizadora Estadual – COE, todos os Presidentes das Comissões Organizadoras Regionais – CORES, e, ainda, mais um representante de cada região, para atuarem como multiplicadores da metodologia. No curso aconteceu uma simulação dos procedimentos da Conferência, como:

- credenciamento dos participantes;
- solenidade de abertura;
- painel de contextualização do texto-base;
- composição dos grupos de trabalho;
- inscrição de candidaturas para delegados;
- plenária de orientação;
- eleição dos delegados para a Etapa Estadual;
- priorização de propostas; e
- plenária final/encerramento.

V – OBJETIVOS DA CONSOCIAL TOCANTINS

I – debater e propor:

a) ações com vistas à participação da sociedade civil na gestão pública e ao fortalecimento da interação entre sociedade e governo;

b) mecanismos de sensibilização e mobilização da sociedade em prol da participação e do acompanhamento da gestão pública;

c) ações de capacitação e qualificação da sociedade para o acompanhamento da gestão pública, que utilizem ferramentas e tecnologias de informação;

d) medidas de prevenção e combate à corrupção que envolvam ações de governo, empresas e sociedade civil;

II – promover, incentivar e divulgar o debate e o desenvolvimento de novas idéias e conceitos sobre a participação social no acompanhamento da gestão pública;

III – estimular os órgãos públicos a implementar mecanismos de transparência e acesso da sociedade à informação pública;

IV – desenvolver e fortalecer redes de interação dos diversos segmentos da sociedade para o acompanhamento da gestão pública.

VI – COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL

A Comissão Organizadora Estadual – COE foi instituída por meio da Portaria CGE nº 55/2011, de 1º de setembro de 2011, e composta por representantes da sociedade civil, do poder público e dos conselhos de políticas públicas.

I – Representantes da Sociedade Civil:

Abel Andrade Leal Júnior	(Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP/TO)
Adolfo Utan Gomes de Brito	(Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, Assistência Social, Orientação e Formação Profissional do Estado do Tocantins – SENALBA/TO)
Aníbal Parente Fontoura	(Sindicato dos Trabalhadores nas Escolas Particulares de Palmas e Região - SINTEPP)
Antônia Leão da Silva	(Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins – FETAET)
Antônio Carlos Vieira do Nascimento	(Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Epidemias no Estado do Tocantins – SINACSCE/TO)
Carlos Pereira Campos	(Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Tocantins – SINDIFISCAL/TO)
Elis Raik Miranda de Carvalho	(Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Tocantins – SINTET/TO)
Epitácio Brandão Lopes	(Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Tocantins – OAB/TO)
Gustavo Fidalgo e Vicente	(Federação das Indústrias do Estado do Tocantins – FIETO)
Joana dos Reis Neres	(União dos Dirigentes Municipais de Educação do Tocantins – UNDIME/TO)
Marta Barreira Lustosa	(Associação Tocantinense de Municípios – ATM)
Manoel Pereira de Miranda	(Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Tocantins – SINTRAS/TO)
Maria do Socorro Costa Aires Loureiro	(Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Tocantins – SINDJOR/TO)
Paulo Marques Galvão	(Central Única dos Trabalhadores no Estado do Tocantins – CUT/TO)
Veneranda R. de Oliveira Elias	(Federação das Associações Comunitárias e de Moradores do Tocantins – FACOM-TO)

II – Representantes do Poder Público:

Aline Queiroz Labre	(Secretaria de Estado da Educação)
Flávio Marques da Silva	(Controladoria Geral do Estado do Tocantins)
Janete Monteiro Gomes	(Controladoria Geral do Estado do Tocantins)

Joel dos Santos Brandão	(Controladoria Regional da União no Tocantins)
Josias Cândido Freire	(Controladoria Geral do Estado do Tocantins)
Juliana Pereira da Silva Arraes	(Tribunal de Contas do Estado do Tocantins)
Juvenal Gomes dos Santos	(Controladoria Geral do Estado do Tocantins)
Kelsene Ramos Alencar	(Controladoria Geral do Estado do Tocantins)
Paulo Antônio Pereira da Silva	(Secretaria de Estado da Saúde)
Régina Mercês Aires Rodrigues Dias	(Secretaria de Estado do Trabalho e da Assistência Social)
Valdir Antônio Duarte Júnior	(Secretaria de Estado da Comunicação Social)

III – Representantes dos Conselhos de Políticas Públicas:

Maria Helena Cariaga Silva	(Conselho Estadual de Assistência Social)
Neirton José de Almeida	(Conselho Estadual de Saúde)
Paulo Fernando Mourão Veras	(Conselho Estadual de Educação).

Coordenação Executiva:

Joel dos Santos Brandão (CGU/TO)	Coordenador Executivo Estadual
Janete Monteiro Gomes (CGE/TO)	Coordenador de Comunicação
Valdir Antônio Duarte Júnior (SECOM/TO)	Coordenador de Marketing:
Joana dos Reis Neres (UNDIME/TO)	Coordenador de Metodologia
Josias Cândido Freire (CGE/TO)	Coordenador de Logística
Régina Mercês Aires Rodrigues Dias (SETAS/TO)	Coordenador de Mobilização
Kelsene Ramos Alencar (CGE/TO)	Coordenador de Planejamento
Juliana Pereira da Silva Arraes (TCE/TO)	Coordenador de Sistematização
Flávio Marques da Silva (CGE/TO)	Coord. de Suporte e Atendimento ao Cidadão
Paulo Antônio Pereira da Silva (SESAU/TO)	Apoio à Comissão Executiva Estadual

VII – COMPETÊNCIAS DA COE

Compete à Comissão Organizadora da CONSOCIAL TOCANTINS:

I – coordenar, promover e realizar a Etapa Estadual da 1ª CONSOCIAL, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;

II – elaborar a Proposta de Regimento Interno da CONSOCIAL TOCANTINS, que disporá sobre sua organização e funcionamento;

III – orientar os trabalhos das Comissões Organizadoras Municipais;

IV – mobilizar a sociedade civil, os conselhos de políticas públicas e o poder público, no âmbito de sua atuação no Estado ou no Município, para organizarem e participarem da 1ª CONSOCIAL;

V – viabilizar a infraestrutura necessária à realização da Etapa Estadual;

VI – definir a programação da Etapa Estadual, conforme orientação da Comissão Organizadora Nacional;

VII – produzir e divulgar a avaliação da Etapa Estadual;

VIII – elaborar e divulgar relatórios parciais e finais do processo da 1ª CONSOCIAL TOCANTINS;

IX – fomentar a implementação das resoluções da 1ª CONSOCIAL, bem como das resoluções da CONSOCIAL TOCANTINS;

X – deliberar sobre a forma de eleição dos delegados da Etapa Estadual, conforme orientação da Comissão Organizadora Nacional;

XI – deliberar, com a supervisão da Comissão Organizadora Nacional, sobre todas as questões referentes à Etapa Estadual que não estejam previstas nos Regimentos da 1ª CONSOCIAL e da CONSOCIAL TOCANTINS.

VIII – ETAPA REGIONAL

A Etapa Regional teve início em 26 de agosto e estendeu-se até 30 de novembro de 2011, período em que quando foram realizadas as 15 Conferências Regionais programadas pela Controladoria Geral do Estado, em conjunto com a Regional da Controladoria Geral da União.

Os participantes foram divididos em grupos e orientados, com foco no Texto-Base, pelos facilitadores: Juvenal Gomes dos Santos (CGE), Joel dos Santos Brandão e David Lemos Rosa (CGU), Paulo Antonio Pereira da Silva (SESAU), Régina Mercês Aires Rodrigues (SETAS) e Aline Queiroz Labre (SEDUC).

Na equipe de apoio atuaram os técnicos da CGE: Fabiane Oliveira Mascarenhas, Flávio Marques da Silva, Rodrigo Ferreira Rodrigues e Fabrício da Fonseca Ferreira; e da CGU: Márcio Saraiva que, juntamente com os presidentes das comissões regionais, cuidaram, nos bastidores, de toda a infraestrutura de cada Conferência realizada.

Antes das discussões em grupo, o Subsecretário da CGE, Juvenal Gomes dos Santos, que também é Presidente da Comissão Organizadora Estadual, ministrou palestras contextualizando o evento e o tema para subsídio aos debates, a exemplo da liberdade de informação, Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como dos mecanismos de engajamento da sociedade, como PPA, LDO e LOA. Já o Analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União, Joel dos Santos Brandão, explicou, didaticamente, a forma de trabalho e incentivou a participação de todos os presentes.

Em cada Eixo Temático os facilitadores apresentavam conceitos relevantes, contextualização do tema, indicação de legislação aplicável e um panorama do cenário atual, com seus desafios e possibilidades.

No decorrer das Conferências Regionais, as propostas destacadas foram, principalmente, **a efetividade na realização de audiências públicas para prestação de contas à sociedade** e **a necessidade da sociedade civil participar ativamente nos Conselhos, tanto na atuação quanto na fiscalização.**

O Secretário-Chefe da Controladoria Geral do Estado, Éldon Manoel Barbosa Carvalho, realizou a abertura em 12 dos 15 encontros, conclamando a sociedade a participar mais ativamente da Conferência, falando da importância do evento e alertando os municípios quanto ao prazo legal de 27 de maio de 2013 para disponibilização do Portal da Transparência em cada localidade, enfatizando: "Para que esse prazo seja cumprido, acredito que os municípios devem começar a construção do seu Portal logo no início do ano que vem". Nos demais, foi representado pelo Subsecretário, Juvenal Gomes dos Santos. Ressalte-se que Prefeitos, Presidentes de Câmaras de Vereadores, de Associações de Moradores, de Sindicatos e Representantes de ONG'S participaram do processo de discussão.

Para realização das Conferências, o Estado foi dividido em 15 regiões e escolhidas as Cidades-Pólo para sediar os eventos, conforme tabela abaixo:

DATA DA CONFERÊNCIA	CIDADE-PÓLO	REGIÃO	MUNICÍPIOS
26/08	Palmeirópolis	Sul Angical	1. Jaú do Tocantins 2. Palmeirópolis 3. Peixe 4. São Salvador do Tocantins 5. São Valério
06/09	Almas	Sudeste	1. Almas 2. Dianópolis 3. Novo Jardim 4. Ponte Alta do Bom Jesus 5. Porto Alegre do Tocantins 6. Rio da Conceição 7. Taguatinga 8. Taipas do Tocantins
20/09	Miracema do Tocantins	Miracema	1. Miracema do Tocantins 2. Miranorte 3. Rio dos Bois 4. Rio Sono 5. Tocantínia
23/09	Pedro Afonso	Cultura do Cerrado	1. Bom Jesus do Tocantins 2. Centenário 3. Pedro Afonso 4. Recursolândia 5. Santa Maria do Tocantins 6. Tupirama
04/10	Araguaína	Médio Norte	1. Aragominas 2. Araguaína 3. Babaçulândia 4. Barra do Ouro 5. Campos Lindos 6. Carmolândia 7. Filadélfia 8. Goiatins 9. Muricilândia 10. Nova Olinda 11. Pau D'Arco 12. Santa Fé do Araguaia 13. Wanderlândia
06/10	Ananás	Médio Araguaia	1. Ananás 2. Angico 3. Araguanã 4. Cachoeirinha 5. Piraquê 6. Riachinho 7. São Bento do Tocantins 8. Xambioá
18/10	Tocantinópolis	Portal do Bico	9. Aguiarnópolis 10. Darcinópolis 11. Luzinópolis 12. Nazaré 13. Palmeiras do Tocantins

			14. Santa Terezinha do Tocantins 15. Tocantinópolis
20/10	Augustinópolis	Bico do Papagaio	1. Araguatins 2. Augustinópolis 3. Axixá do Tocantins 4. Buriti do Tocantins 5. Carrasco Bonito 6. Esperantina 7. Itaguatins 8. Maurilândia do Tocantins 9. Praia Norte 10. Sampaio 11. São Miguel do Tocantins 12. São Sebastião do Tocantins 13. Sítio Novo do Tocantins
26/10	Paraíso do Tocantins	Cantão	1. Abreulândia 2. Araguacema 3. Barrolândia 4. Caseara 5. Chapada de Areia 6. Cristalândia 7. Divinópolis do Tocantins 8. Dois Irmãos do Tocantins 9. Lagoa da Confusão 10. Marianópolis do Tocantins 11. Monte Santo do Tocantins 12. Nova Rosalândia 13. Oliveira de Fátima 14. Paraíso do Tocantins 15. Pium 16. Pugmil
08/11	Arraias	Extremo-Sudeste	1. Arraias 2. Aurora do Tocantins 3. Combinado 4. Conceição do Tocantins 5. Lavandeira 6. Novo Alegre 7. Paraná
11/11	Colinas do Tocantins	Araguaia/Tocantins	1. Arapoema 2. Bandeirantes do Tocantins 3. Bernado Sayão 4. Brasilândia do Tocantins 5. Colinas do Tocantins 6. Couto Magalhães 7. Itapiratins 8. Juarina 9. Palmeirante 10. Tupiratins
18/11	Porto Nacional	Porto Nacional	1. Brejinho de Nazaré 2. Chapada da Natividade 3. Fátima 4. Ipueiras 5. Mateiros 6. Monte do Carmo 7. Natividade 8. Pindorama do Tocantins 9. Ponte Alta do Tocantins 10. Porto Nacional 11. Santa Rosa do Tocantins 12. Silvanópolis

22/11	Guaraí	Lobo Guará	1. Colméia 2. Fortaleza do Tabocão 3. Goianorte 4. Guaraí 5. Itacajá 6. Itaporã do Tocantins 7. Pequizeiro 8. Presidente Kennedy
25/11	Palmas	Capim Dourado	1. Aparecida do Rio Negro 2. Lagoa do Tocantins 3. Lajeado 4. Lizarda 5. Novo Acordo 6. Palmas 7. Santa Tereza do Tocantins 8. São Félix do Tocantins
30/11	Gurupi	Centro-Sul	1. Aliança do Tocantins 2. Alvorada 3. Araguaçu 4. Cariri do Tocantins 5. Crixás do Tocantins 6. Dueré 7. Figueirópolis 8. Formoso do Araguaia 9. Gurupi 10. Sandolândia 11. Santa Rita do Tocantins 12. Sucupira 13. Talismã

Foram priorizadas propostas nos quatro Eixos Temáticos, sendo classificadas as vinte mais votadas em cada região, selecionando-se a de cada eixo que recebeu o maior número de votos e as dezesseis seguintes, em ordem decrescente de priorização.

REGIÃO SUL ANGICAL

EIXO	PROPOSTA MAIS VOTADA	VOTO
EIXO 1	GARANTIR QUE OS CURRÍCULOS ESCOLARES CONTEMPLEM CONTEÚDOS QUE DESENVOLVAM E INCENTIVEM O CONTROLE SOCIAL DOS ATOS DE PODER PÚBLICO.	70
EIXO 2	CRIAÇÃO DE FUNDO FINANCEIRO PARA INCENTIVO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS PARA MAIOR PARTICIPAÇÃO.	74
EIXO 3	CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA PARA OS CONSELHEIROS.	44
EIXO 4	ALTERAÇÃO DOS CÓDIGOS CIVIL E PENAL NO QUE DIZ RESPEITO A FRAUDES E ATOS DE CORRUPÇÃO, VISANDO UMA LEGISLAÇÃO CLARA, OBJETIVA, RÍGIDA E CÉLERE, PRINCIPALMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À CONDENAÇÃO DOS CORRUPTOS E RESSARCIMENTO DOS VALORES DESVIADOS.	59

REGIÃO SUDESTE

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	INFORMAR A POPULAÇÃO DAS CONTAS DOS MUNICÍPIOS ATRAVÉS DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGULARES.	28
EIXO 2	FISCALIZAR A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS POR MEIO DA SOCIEDADE.	14
EIXO 3	CAPACITAR OS CONSELHEIROS PARA MELHOR FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS.	39
EIXO 4	PROPOR FISCALIZAÇÃO PERIÓDICA NO DESEMPENHO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE.	31

REGIÃO MIRACEMA

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	PROMOVER EVENTOS ESCOLARES SOBRE TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO SOBRE A GESTÃO PÚBLICA.	40
EIXO 2	GARANTIR A DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO, COM UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS DECISÕES.	55
EIXO 3	CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO FÍSICO ÚNICO DESTINADO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS, COM ESTRUTURA ADEQUADA, INCLUSIVE COM SECRETÁRIO-EXECUTIVO OCUPANTE DE CARGO PÚBLICO EFETIVO, PARA MUNICÍPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES.	59
EIXO 4	NA APRESENTAÇÃO DE GASTOS ELEITORAIS, TER UMA COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO PARA APURAR OS GASTOS FUTUROS COM O DINHEIRO PÚBLICO, EVITANDO O DESVIO PARA COBRIR DESPESAS DE CAMPANHA.	63

REGIÃO CULTURA DO CERRADO

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	ELEGER REPRESENTANTES COM CONHECIMENTO TÉCNICO PARA GERENCIAR RECURSOS PÚBLICOS.	19
EIXO 2	CRIAR ESPAÇOS PERMANENTES DE DEBATES NAS INSTÂNCIAS REPRESENTATIVAS DAS COMUNIDADES URBANAS E RURAIS, QUE POSSIBILITEM UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO NO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL.	27
EIXO 3	COBERTURA DOS CUSTOS DE DESLOCAMENTO INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DOS CONSELHEIROS AOS LOCAIS DE CAPACITAÇÃO, REUNIÕES E CONFERÊNCIAS INTERMUNICIPAIS.	15
EIXO 4	TORNAR EFETIVA A PUNIÇÃO DE GESTORES QUE DESCUMPREM A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.	20

REGIÃO MÉDIO NORTE

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	INCLUIR NOS ORÇAMENTOS DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO SOBRE CONTROLE SOCIAL E TRANSPARÊNCIA PARA A SOCIEDADE.	41
EIXO 2	CRIAR OUVIDORIAS EM TODOS OS MUNICÍPIOS.	46
EIXO 3	DESTINAR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO FEDERAL PARA CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PRÓPRIO PARA O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS.	50
EIXO 4	INCLUIR NA GRADE CURRICULAR DAS ESCOLAS PÚBLICAS DISCIPLINA DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO, A PARTIR DO ENSINO FUNDAMENTAL.	60

REGIÃO MÉDIO ARAGUAIA

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	TORNAR EFETIVA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS.	21
EIXO 2	SENSIBILIZAR A SOCIEDADE CIVIL QUANTO À PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS, ATRAVÉS DE FÓRUNS, CAPACITAÇÕES, CONFERÊNCIAS, DEBATES.	26
EIXO 3	PUNIR DE FORMA EXEMPLAR OS GESTORES QUE NÃO CUMPREM A LEGISLAÇÃO REFERENTE À DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS CONSELHOS.	29
EIXO 4	CAPACITAR GESTORES MUNICIPAIS EM ASSUNTOS RELACIONADOS À GESTÃO PÚBLICA.	30

REGIÃO PORTAL DO BICO

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	INCLUIR NA GRADE CURRICULAR A PARTIR DO ENSINO FUNDAMENTAL A DISCIPLINA SOBRE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL.	40
EIXO 2	PROMOVER AUDIÊNCIA PÚBLICA COM AMPLAS DIVULGAÇÕES SOBRE CONTROLE SOCIAL E APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.	47
EIXO 3	PROMOVER UMA MAIOR APROXIMAÇÃO DOS CONSELHOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.	32
EIXO 4	ESCOLHA DE SECRETÁRIOS POR MEIO DE ELEIÇÃO, SENDO RESPEITADA A GRADUAÇÃO E A ÁREA DE ATUAÇÃO DE CADA UM.	38

REGIÃO BICO DO PAPAGAIO

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	ANTECIPAR PARA 2012 A IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA NOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO INFERIOR A 50 MIL HABITANTES.	16
EIXO 2	CRIAR UM ESPAÇO DE DEBATE ONDE A SOCIEDADE ORGANIZADA E NÃO ORGANIZADA POSSA DISCUTIR E DEVOLVER À SOCIEDADE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS.	28
EIXO 3	INICIATIVA DO PODER PÚBLICO EM LEVAR CONHECIMENTO PARA A SOCIEDADE CIVIL SOBRE A IMPORTÂNCIA E A NECESSIDADE PARA PARTICIPAR DOS CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NAS 3 ESFERAS.	16
EIXO 4	QUE OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS SEJAM ESCOLHIDOS POR MÉRITO E/OU CONHECIMENTO DA ÁREA E TENHAM UM PREPARO/CAPACITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ANTES DE EXERCEREM SEUS CARGOS.	32

REGIÃO CANTÃO

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	DIVULGAR A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL ATRAVES DE MIDIA IMPRESSA E SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO DE AUDIOVISUAL.	21
EIXO 2	DIVULGAR POR MEIO DOS CANAIS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO OS CURSOS VOLTADOS AO CONTROLE SOCIAL DISPONIBILIZADOS PELOS ÓRGÃOS ESTADUAL E FEDERAL.	22
EIXO 3	GARANTIR ESPAÇO FÍSICO ÚNICO COM INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS PARA ATENDER AS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL..	18
EIXO 4	TORNAR INELEGÍVEL O CANDIDATO QUE ESTIVER RESPONDENDO A PROCESSO REFERENTE A CORRUPÇÃO.	16

REGIÃO EXTREMO-SUDESTE

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	DIVULGAR AS INFORMAÇÕES REFERENTES À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.	19
EIXO 2	CRIAR CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA OS AGENTES POLITICOS ELEITOS PARA OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.	20
EIXO 3	CAPACITAR OS MEMBROS DOS CONSELHOS, COM O OBJETIVO DE CONCIENTIZÁ-LOS DA IMPORTÂNCIA DA SUA FUNÇÃO.	24
EIXO 4	DEVOLVER INTEGRALMENTE OS RECURSOS PÚBLICOS DESVIADOS ILEGALMENTE.	22

REGIÃO ARAGUAIA/TOCANTINS

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	DISPONIBILIZAR À SOCIEDADE INFORMAÇÕES SOBRE OS TRIBUTOS INCIDENTES NAS DESPESAS POR ELA REALIZADA.	26
EIXO 2	PROMOVER A AMPLIAÇÃO DAS REDES DE OUVIDORIA, REALIZAÇÕES DE CONFERÊNCIAS, MESAS-REDONDAS, CRIANDO CONDIÇÕES E ESCLARECENDO A SOCIEDADE DA NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS.	23
EIXO 3	CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS SOBRE TEMAS QUE OS HABILITEM A EXERCER SEU PAPEL.	46
EIXO 4	PROMOVER CAMPANHAS EDUCATIVAS PARA INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, POR MEIO DE DENÚNCIAS E ACESSO AOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA.	25

REGIÃO PORTO NACIONAL

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	TORNAR OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE CONTROLE INTERNO.	38
EIXO 2	GARANTIR O REPASSE DE RECURSOS ENTRE OS ENTES FEDERADOS SOMENTE COM A REALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.	19
EIXO 3	PROMOVER CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS CONSELHEIROS.	27
EIXO 4	INTENSIFICAR A FISCALIZAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS.	21

REGIÃO LOBO GUARÁ

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	IMPLEMENTAR PARCERIAS COM OS ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO, VISANDO FORTALECER O CONTEXTO TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL.	13
EIXO 2	ELABORAR PROGRAMAS (ORÇAMENTOS) DE INCENTIVO E PARTICIPAÇÃO MONETÁRIA PARA QUE OS REPRESENTANTES DE CONSELHOS E FÓRUNS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS RECEBAM SUBSÍDIOS PARA O DESLOCAMENTO, CAPACITAÇÃO, ALIMENTAÇÃO E AFINS.	24
EIXO 3	CAPACITAÇÃO CONTINUADA PARA OS CONSELHEIROS PARA QUE OS MESMOS POSSAM DESENVOLVER SUAS ATIVIDADES COM SEGURANÇA TÉCNICA.	21
EIXO 4	ADOTAR MEDIDAS MAIS SEVERAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS QUE INCORREM EM ATOS DE CORRUPÇÃO.	54

REGIÃO CAPIM DOURADO

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	INSERIR, COMO TEMA TRANSVERSAL, NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, TEMAS RELACIONADOS À TRANSPARÊNCIA, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE SOCIAL.	28
EIXO 2	COBRAR DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROCESSOS DE DENÚNCIAS.	28
EIXO 3	ENVOLVER A SOCIEDADE CIVIL DE FORMA MAIS EFETIVA E CRIAR MECANISMOS PARA OUVIR ESTAS PESSOAS QUE SÃO ALVO PRINCIPAL DAS POLÍTICAS SOCIAIS.	26
EIXO 4	CRIAR PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	31

REGIÃO CENTRO-SUL

EIXO	PROPOSTA	VOTO
EIXO 1	CRIAR MECANISMOS DE SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM O FIM DE PARTICIPAR DE PRESTAÇÕES DE CONTAS, EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO, POR MEIO DE AUDIÊNCIAS PUBLICAS.	12
EIXO 2	CRIAR NO CALENDÁRIO ESCOLAR A SEMANA ESTADUAL DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL PARA CIDADANIA.	20
EIXO 3	CAPACITAR OS MEMBROS DOS CONSELHOS PARA MELHOR ATUAÇÃO.	13
EIXO 4	TORNAR A CORRUPÇÃO EM CRIME HEDIONDO.	15

O total de participantes de todas as conferências regionais foi de 1.520, elegendo-se 204 delegados e priorizando-se 300 propostas para a Etapa Estadual. Do total, foram 231 participantes dos Conselhos de Políticas Públicas (15,20%), 751 do Poder Público (49,41%) e 538 da Sociedade Civil (35,39%).

Importante ressaltar que o Regimento Interno da Etapa Estadual previa a eleição de 228 delegados nas etapas regionais, no entanto foram eleitos 204, sendo 22 dos Conselhos de Políticas Públicas (10,78%), 65 do Poder Público (31,86%) e 117 da Sociedade Civil (57,36%). Embora inferior aos 228 delegados previstos no Regimento Interno, o percentual de cada segmento manteve a proporção exigida no Regimento Interno da Etapa Nacional.

SÍNTESE DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS

REGIÕES	MUNICÍPIO-PÓLO	POPULAÇÃO	PARTICIPANTES POR SEGMENTOS				PREFEITOS PARTICIPANTES	DELEGADOS						PROPOSTAS TEMÁTICAS	DATA
			CONSELHO DE P. PÚBLICAS	PODER PÚBLICO	SOC. CIVIL	TOTAL		CONSELHOS DE POLITÍCAS PÚBLICAS	PODER PÚBLICO	SOCIEDADE CIVIL	TOTAL	FEMININO	MASCULINO		
REGIÃO SUL ANGICAL	PALMEIRÓPOLIS	28.523	16	53	29	98	3	1	2	2	5	3	2	20	26/08/2011
REGIÃO SUDESTE	ALMAS	55.205	17	57	38	112	1	1	3	3	7	1	6	20	06/09/2011
REGIÃO MIRACEMA	MIRACEMA	48.867	33	75	67	175	2	1	2	5	8	5	3	20	20/09/2011
REGIÃO CULTURA DO CERRADO	PEDRO AFONSO	26.109	11	39	21	71	1	1	1	2	4	3	1	20	23/09/2011
REGIÃO MÉDIO-NORTE	ARAGUAÍNA	237.943	31	68	57	156	2	3	12	24	39	16	23	20	04/10/2011
REGIÃO MÉDIO ARAGUAIA	ANANÁS	43.421	5	67	22	94	1	1	2	4	7	2	5	20	06/10/2011
REGIÃO PORTAL DO BICO	TOCANTINÓPOLIS	48.276	24	67	51	142	0	1	2	5	8	3	5	20	18/10/2011
REGIÃO BICO DO PAPAGAIO	AUGUSTINÓPOLIS	124.104	6	33	19	58	3	2	6	12	20	12	8	20	20/10/2011
REGIÃO CANTÃO	PARAÍSO DO TOCANTINS	115.685	7	47	19	73	3	2	6	11	19	11	8	20	26/10/2011
EXTREMO-SUDESTE	ARRAIAS	37.171	10	30	15	55	2	1	2	3	6	2	4	20	08/11/2011
REGIÃO ARAGUAIA/TOCANTINS	COLINAS DO TOCANTINS	65.045	13	55	8	76	3	1	3	7	11	7	4	20	11/11/2011
REGIÃO PORTO NACIONAL	PORTO NACIONAL	102.313	12	37	23	72	1	1	5	7	13	5	8	20	18/11/2011
REGIÃO LOBO GUARÁ	GUARAÍ	57.470	6	26	87	119	1	1	3	6	10	3	7	20	22/11/2011
REGIÃO CAPIM DOURADO	PALMAS	250.290	35	73	69	177	5	4	9	23	36	22	14	20	25/11/2011
REGIÃO CENTRO-SUL	GURUPI	143.023	5	24	13	42	0	1	7	3	11	6	5	20	30/11/2011
TOTAL	**15**	**1.383.445**	**231**	**751**	**538**	**1.520**	**28**	**22**	**65**	**117**	**204**	**101**	**103**	**300**	

RELAÇÃO DE DELEGADOS ELEITOS
POR SEGMENTO

CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

NOME	MUNICÍPIO	TELEFONE	E-MAIL
Suely da S. O. Valadares	Palmas	8443-6853	vinitatavaladares@gmail.com
Francisco Ribeiro de Sousa	Palmas	8456-7840	franciscoribeiro@hotmail.com
Amilson Rodrigues Silva	Palmas	8402-7046	amilson18@gmail.com
Jovina Alves Lacerda	Palmas	9219-4097	joviteta@hotmail.com
Carolina Alves Canuto	Aragominas	9246-3245	carollcanuto@hotmail.com
Maria Bartolomeu Novais Alencar	Muricilândia	9207-7434	bar.tho.56@hotmail.com
Manoel Lúcio do Nascimento	Araguaína	9997-3846	manuelllucio@hotmail.com
Abraão de Sousa Morais	Monte do Carmo	9964-9763	abraao.smorais@gmail.com
Cristhiane Costa de Souza	Gurupi	8423-4588	thianecosta@gmail.com
Cyntia Alves da Silva	Centenário		cyncentenário@hotmail.com
Lenivaldo José da Silva	Almas	9238-7633	lenialmasturismo33@hotmail.com
Wagner Telles da Silva	Palmeirópolis	8426-4496	wagnertelles@hotmail.com
Ildelena Prado Amaral	Arraias	36531806	ildepramaral@yahoo.com.br
Taciane de Oliveira	Paraíso	8468-6485	tacisocial23@hotmail.com
Whisllan Maciel Bastos	Paraíso	8404-1734	whislla@gmail.com
Divina Herly de C. Santos	Colinas	3476-7043	divina_herly@hotmail.com
Lucimar Cecconello	Guaraí	9954-3905	lucimar_cecconelo@hotmail.com
Luiz Gomes Leite	Ananás	9218-1489	lgdete@hotmail.com
Lazaro Gomes Leite	Tocantinópolis	8409-8083	lazaro19681@hotmail.com
Joselanes Teófilo de Mello	Augustinópolis	9995-3854	joselanes@hotmail.com
Antônio Joaquim C. Lima	Augustinópolis	9966-5096	ajclima@hotmail.com
Carlos José Ferreira	Miranorte	8427-9197	C-zeze@hotmail.com

PODER PÚBLICO

NOME	MUNICÍPIO	TELEFONE	E-MAIL
Hélia Maria Figueiredo Onça	Rio Sono	9983-5823	helia.onça29@hotmail.com
Lúcia Elena Lança Barbosa	Miranorte	8431-4880	luciaelena01@hotmail.com
Adolfo Bispo Araújo	Buriti do Tocantins	8434-8566	araujoadolfo@uol.com.br
Marlene Xavier Ferreira	Augustinópolis	9987-5689	semasaugustinópolis@bol.com
Josileide Fernandes de Lima	São Sebastião	9972-8589	josy_saotiao@hotmail.com
Amarilis Bandeira de Morais	Carrasco Bonito	9999-5267	amarilisbandeira@hotmail.com
Antônio da Silva Lucena	Augustinópolis	9966-4567	
Genivaldo Carneiro Cavalcante	Maurilândia	9911-2297	jangadajangada@yahoo.com.br
Wanderson G. Ferreira Campelo	Tocantinópolis	9258-3741	cebolinha_cdo@hotmail.com
Marly P. Monteiro Fonseca	Tocantinópolis	9952-6738	marlypm@hotmail.com
Maria Mary de C. Alexandre	Ananás	9214-9933	mary.dir@hotmail.com
José Lindormar Dias	Ananás	9283-0464	joselindomardias@hotmail.com
Gleyson Galvão Sales	Guaraí	9972-7400	ggsales74@gmail.com
Wilson Ricardo Silveira	Guaraí	9982-1963	secwilsonricardo@hotmail.com
João Bonfim S. da Silva	Fortaleza do Tabocão	8407-5202	joao-bonfim-santos@hotmail.com
Ennio dos Santos Silva	Colinas	8449-7975	ennionit@hotmail.com
Flaviona Magna de S. S. Rocha	Colinas	8413-1495	flavianamagna@gmail.com
Maurivan de S. Nunes Carvalho	Colinas	9974-7479	administraçao@colinas.to.gov.br
Edna de O. Figueiredo	Paraíso	9272-2124	ednafig06@hotmail.com
Leda Maria Pereira Silva	Paraíso	8402-1163	ledamps@hotmail.com
Jean Carlos Silva	Dois Irmãos	8467-3837	jeanc_ne77@hotmail.com
Luiz Pereira dos Santos	Caseara	8488-8542	luizdabacaba@hotmail.com
Dalva da Silva Rocha	Caseara	8467-1126	dalvarocha_to@hotmail.com
Débora Francisco Dutra	Caseara	9979-8620	deborabea@hotmail.com
Akeib E. Marques de Abreu	Arraias	3653-1392	akeib@hotmail.com
Alessandro Abreu Lopes	Arraias	3653-1687	controleinterno-arraias@hotmail.com
Jorge Leal Gomes	Palmeirópolis	8403-4455	jorge.lealgomes@gmail.com

Eline Pereira G. Cerqueira	Jaú	8468-4982	elienegomes@hotmail.com
Aclécio Dias Menezes	Taguatinga	3654-1760	
Felipe R. Azevedo Vasconcelos	Ponte Alta do Bom Jesus	9244-6181	controle.interno@pabj.to.gov.br
Jucimar Rocha de Oliveira	Almas	9204-4111	
Luzenir Gomes L. Guida	Pedro Afonso	9973-0510	luzenirlima@hotmail.com
Zenaide Dias da Costa	Gurupi	9237-3851	professorazenaidecosta@hotmail.com
Vanicley Alves Pereira	Gurupi	8404-1659	vanicley@hotmail.com
Ademilton de S. Milhomem	Araguaçu	8119-1158	ademiltonsm@hotmail.com
Elizana M. Aprigio Lopes	Gurupi	8105-5553	zanaaprigio@hotmail.com
Maria Gilvanda R. de S. Macêdo	Talismã	8473-1274	gilvanda_assistencia_social@hotmail.com
Célio Mauricio de S. Silva	Gurupi	8442-8229	cmsilva23@hotmail.com
Rui Barboza Rodrigues	Araguaçu	3384-1810	rui-barbozarodrigues@hotmail.com
Levi Teixeira de Oliveira	Ipueiras	9958-1001	vereadorlevi@gmail.com
Imas Paula Souza	Porto Nacional	9219-5369	imasps@hotmail.com
Jarbas Carvalho de Moura	Porto Nacional	8418-6661	jarbas.moura@correios.com.br
Nilma P. de Sousa	Santa Rosa	9253-2241	
Clorivaldo Gomes da Silva	Bejinho de Nazaré	8405-3447	capueirasilva@bol.com.br
Maria Auxiliadora do Nascimento	Araguaína	9973-9794	auxiliadora@consultoria.com.br
José Denisson P. Rodrigues	Babaçulandia	8468-5311	perdrigo@hotmail.com
José Messias B. da Silva	Pau D'Arco	9224-5316	messiabs10@hotmail.com
Lindaumira Neres Lima	Araguaina	9243-1387	lindalgotinha@hotmail.com
Célia Maria Ferreira Dourado	Muricilândia	9269-6396	celianovaes1922@hotmail.com
Ana Madalena dos Santos	Araguaína	9243-1480	madalenacm@hotmail.com
Antônio Carlos A. Lima	Araguaína	9207-9587	
Idniusa da Cruz Campos	Araguaína	9226-2774	niusacampos@hotmail.com
Ildemilia A. de Oliveira	Araguaína	9206-9285	3415-2120
Ivany Sousa da Silva	Pau D'Arco	9254-0424	ivanysousa@hotmail.com
Henry Smith	Araguaína	9234-5200	henrysmithadv@hotmail.com
Lucirene V. Rosa Montes	Muricilândia	9217-0761	lucirene42@hotmail.com
Luzenir Poli C. Silveira	Palmas	8452-1125	luzenirpoli@yahoo.com.br

Lucivânia de Paula R. Carvalho	Palmas	8468-7235	lucivaniadepaula@hotmail.com
Alaison Aguiar Ribeiro	Palmas	8403-8823	3217-9302
Eliziana F. dos S. Guimarães	Palmas	8403-3100	lizfsg@gmail.com
Marcelo Pereira Lima	Palmas	9207-9604	marceloelisoma@yahoo.com.br
Cristiana Alves Viana	Palmas	8444-5550	crist_viana@hotmail.com
Aliny de Carvalho Kran	Palmas	8411-5276	aliny_kran@hotmail.com
Heber de Oliveira	Palmas	9223-2139	heberoliveira1@hotmail.com
Luzilene Martins da Silva	Palmas	9258-9755	luzilen2010@hotmail.com

SOCIEDADE CIVIL

NOME	MUNICÍPIO	TELEFONE	E-MAIL
Albetiza Alves de Souza	Palmas	9254-1445	albetizaalves@hotmail.com
Veneranda Rosa de O. Elias	Palmas	84710804	venerandaelias@hotmail.com
Ana Amélia A. de Sousa e Silva	Palmas	9255-1261	3571-4920
Raimundo M. de C. Junior	Palmas	3224-6939	fuiete@hotmail.com
Valdir Ribeiro da Silva	Lajeado	8452-7855	8433-5492
Dorismar R. dos Santos	Palmas	9281-3623	9229-6783
Gislene Lopes P. Araújo	Palmas	8428-1059	3217-2476
Jesus Reis de Abreu	Lajeado	8481-4535	3519-1126
Lucimar Alves da R. Gusmão	Palmas	9204-9703	artistadotocantins@hotmail.com
Rogério Barros de Lucena	Palmas	9248-6289	rogerbarros@yahoo.com.br
Carlos Stênio C. Monteiro	Palmas		cmonteiro_palmas@yahoo.com.br
Cleiton Gomes Bandeira	Palmas	9218-7810	contato@cleitonbandeira.com.br
Kamilla Kristineh P. Barros	Palmas	9283-9590	kamillacunca@hotmail.com
Lucimar Santana Mendes	Ponte Alta do Tocantins	8451-3981	luciaethassio@hotmail.com
Maria Vanir Ilidis	Palmas	8462-6215	vanircep@yahoo.com.br
Benildes Campos Rocha	Palmas	8404-3650	benildes_rocha@hotmail.com
Eni Tereza da Cunha	Palmas	8407-3598	cunhaeni@gmail.com
João Messias Sirilo	Palmas	8473-0796	jmrodeio@yahoo.com.br

José Mamédio Oliveira	Palmas	9245-5128	3571-7325
Keila Santiago Sousa	Palmas	9202-6831	keilaeantonio@hotmail.com
Laydi Laura P. de Araújo	Palmas	9217-1562	laydflor@hotmail
Lucineto O. da Costa	Palmas	9218-9882	lucinetooliveira5@gmail.com
Maria de Jesus L. de Brito	Palmas	9217-8511	dijebritto@hotmail.com
Abraão Jorge Neto	Araguaína	9955-3789	guardioesdanatureza@yahoo.com.br
Hilário Fernandes da Silva	Araguaína	8121-5208	hilario.da@hotmail.com
Jair Clarindo da Silva	Araguaína	9208-6663	jclarindo@gmail.com
Caliman Dias Lopes	Santa Fé Araguaia	9219-0191	calidias@hotmail.com
Antônio Dias dos Santos	Aragominas	9249-7953	tonylindo2011@hotmail.com
Maurivane dos S. S. Figueiredo	Araguaína	9249-8205	maurivane27@hotmail.com
Domingos Gomes	Santa Fé Araguaia	9249-9381	3470-1212
Jorseli Rosa de Oliveira	Nova Olinda	9282-0090	jorselioliveira@hotmail.com
Vilma Maria Gomes	Santa Fé Araguaia	9284-1172	
Antônio Marcos de Moura	Araguaína	9235-5916	antoniomarcoslv@hotmail.com
Alessandra Viana de Morais	Araguaína	8414-2072	alessandravmorais@hotmail.com
João Pedro M. dos Reis	Araguaína	9981-4379	up.miranda@oi.com.br
José Adilson da C. Bonfim	Araguaína	9207-6263	adilsonteologo@gmail.com
José Bergonsil dos Santos	Araguaína	9268-1603	sesipar@uol.com.br
Antônio Juaci A. da Silva	Araguaína	9219-2940	3414-1709
Carlos Luís de Farias	Pau D'Arco	9262-4693	carlosfarias-69@hotmail.com
Geraldo Francisco da Silva	Araguaína	9263-3079	geraldosilva2@hotmail.com
Osanan M. dos Santos	Araguaína	9236-6567	osanan_moura@hotmail.com
Cílio Rosa Soares	Araguaína	9998-9671	rozacilio2011@hotmail.com
Jefferson C. Coutinho	Araguaína	9282-0107	jeffcarcou@hotmail.com
Manoel F. de Souza	Pau D'Arco	9206-1918	
Maria Dalcira Martins Ferreira	Araguaína	9269-1553	8104-4171
Maria do Socorro Pinto de Sousa	Araguaína	9215-1971	helppaz@hotmail.com
Pedro Uilson Sandes Rocha	Araguaína	9241-3154	3421-3784
Lucélia Aires da Silva	Porto Nacional	8415-0493	luceliaires@gmail.com

Oidê Carvalho de Moura	Porto Nacional	8478-8541	milena-alana@uol.com.br
Celeziano D. de Santana	Santa Rosa	3388-1227	cele.dionisio@mail.uft.edu.br
Demilto Francisco Fernandes	Fátima	8426-1307	dfdemilto@hotmail.com
João Carvalho de Sá	Porto Nacional	8474-0092	3363-2371
Leize Aires Guilherme	Porto Nacional	8416-2221	profleize2011@hotmail.com
Omar Oster	Porto Nacional	9211-4481	9202-0778
Elismar José dos Santos	Gurupi	9268-8350	associaçaojardimdasbandeira@hotmail.c
Ronaldo Lira Glória	Gurupi	9253-8139	3351-3394
Maria Deuza R. de Souza	Gurupi	8119-8860	deuza.ribeiro1@hotmail.com
José Santos Bandeira	Santa Maria	3466-1539	
Irene R. Cavalcante Noleto	Pedro Afonso	8438-6206	3466-1210
Daniel Crisóstomo Valadares	Almas	9231-4299	
Rinaldo Moreira da Nóbrega	Almas	9237-9602	rinaldonobregaalmas@gmail.com
Williams Maria Costa	Almas	9238-7717	
Neuzeri Aguiar da Silva	Palmeirópolis	8408-3352	neu40aguiar@hotmail.com
Vanilda Aguiar Ribeiro	Palmeirópolis	8406-8410	vanilda.aguiar@hotmail.com
Anselmo Germano dos Santos	Arraias	(62)9627-5500	anselmogermano@hotmail.com
Manoel Messias A. Oliveira	Arraias	(62)9662-2556	
Rogério Carvalho Aires	Arraias	(62)9964-3339	rogeaires@hotmail.com
Hélio R. Pereira de Abreu	Paraíso	9222-2968	9988-4459
Marineide S. Rocha Cabral	Paraíso	9262-2863	3602-5474
Hélio Marcio Lino Borges	Paraíso	9212-6093	ecosocialh@hotmail.com
David Ribeiro Sepúlvida Júnior	Paraíso	9284-0642	davidsepilvida@gmail.com
Emanuel Araújo Castro	Paraíso	9208-8403	ea-castro2011@bol.com.br
Frederico Ribeiro Lima	Paraíso	9275-4229	8436-4993
Ildislene B. da Silva Santana	Caseara	8468-7626	ildisber@hotmail.com
Ivanete Pinto Costa Neves	Paraíso	8412-6236	costanete@hotmail.com
Luziana Rodrigues Ribeiro	Paraíso	8445-1136	luzianna@hotmail.com
Marli Alves Dolat Carvalho	Caseara	8467-1045	marlidolat@hotmail.com
Zélio Belém Dias	Dois Irmãos	8455-1913	zelio_belem@hotmail.com

Elaine Maria de Miranda	Colinas	9233-0926	elainemiranda_312@hotmail.com
Kemmelly dos S. Val-Porto	Colinas	8432-4397	kemmellybigboy@hotmail.com
Adailton Sirino Rocha	Colinas	8401-5882	adailtonrocha@hotmail.com
Eurival Alves de Souza	Colinas	9974-2804	eurivalalves@gmail.com
Jurandir Fidelis da Silva	Arapoema	3435-1138	fidelis.assessoria@gmail.com
Marly Isolina G. Berlanda	Colinas	8409-1375	marlyberlanda@hotmail.com
Gleidson Jerônimo Mendonça	Colinas	8405-8392	gleidsonmendonça@hotmail.com
Claudinéia Leão Alves	Guaraí	8421-9481	claudineiah@hotmail.com
Marcio Mendes Correia	Guaraí	8477-8285	neguiromao@hotmail.com
Tereza Cristina da C. Rocha	Guaraí	8441-5128	crisrocha474@hotmail.com
Emerson Lopes Noleto	Guaraí	9946-0488	emersonlopes11@hotmail.com
Marly P. da Silva Brito	Guaraí	9999-8359	marlypinheiro2@hotmail.com
João Cleber Tavares	Guaraí	9252-7104	joaocleber1408@hotmail.com
Lourival Vieira de Sousa	Ananás	9225-1546	lu.vis@hotmail.com
José Augusto Dionízio	Ananás	9239-2029	3442-1265
Gilmar Alves Castro	Angico	9971-1383	castro-ga@bol.com.br
Sara Costa de Oliveira	Ananás	9207-0663	saraevelly@hotmail.com
Eudes Ribeiro dos Santos	Tocantinópolis	9999-8681	eudesribeiro_263@hotmail.com
Dinailde Alves R. Pimentel	Tocantinópolis	9975-5902	diarpimentel@hotmail.com
Antônia Rodrigues Costa	Tocantinópolis	9248-2599	toinhacosta@yahoo.com.br
Eurípedes Pereira da Silva	Tocantinópolis	9212-8265	euripedespsilva@yahoo.com.br
Josemar Sales C. dos Santos	Tocantinópolis	9995-1004	8128-7322
Leonardo Soares	Buriti do Tocantins	9988-7304	leonardosoarels@hotmail.com
Rogério da Silva Santos	Buriti do Tocantins	9953-7025	roger01santos@hotmail.com
Raimunda B. de Araújo	Augustinópolis	9977-5119	
Lilian R. P. de Barros Silva	Augustinópolis	(99)8100-6711	lilian_rpbs@hotmail.com
Maria Dalva dos S. Lopes	Augustinópolis	8127-7180	mariadalva-1975@hotmail.com
Orlanice Oliveira Moura	Augustinopolis	9963-3103	orlanice.10@gmail.com
Sebastião Pereira da Silva	Buriti do Tocantins	8434-3538	silvaspe@hotmail.com
Antonia Maria Bezerra	Buriti do Tocantins	3459-1457	amburiti@uol.com.br

Carlos César Macedo	Carrasco Bonito	9947-8477	9946-3324
Gleide Fátima M. Marinho	Augustinópolis	9972-5457	gleidemarinho@bol.com.br
Maria Elinda Mendes de Sousa	Augustinópolis	9996-6381	elindasousa12@hotmail.com
Rosimeire Pires Rios	Buriti do Tocantins	9968-9349	rosimeire-rios@hotmail.com
Sônia Pereira de Oliveira	Miranorte	8428-5213	0livefran123@hotmail.com
Ivani Tenório dos Santos	Miranorte	8465-8769	
Benedito José da Silva	Miracema	8459-7833	benedito2010@gmail.com
Girlene Maria da Conceição	Miracema	8421-5646	
Gilberto Andrade da Costa	Miracema	8436-3748	gil.metro@hotmail.com

IX – ETAPA ESTADUAL

A Conferência Estadual foi realizada nos dias 22 e 24 de março de 2012, quando os 204 delegados eleitos nas 15 Conferências Regionais aprofundaram o debate das 300 propostas selecionadas, resultando na priorização de 20 propostas que serão levadas à Conferência Nacional, em Brasília-DF. Na Conferência Nacional participarão 28 Delegados do Tocantins, eleitos dentre os delegados presentes na Conferência Estadual, sendo 3 representantes dos Conselhos de Políticas Públicas, 7 do Poder Público e 18 da Sociedade Civil.

A coordenação da CONSOCIAL TOCANTINS, sob a responsabilidade da Controladoria Geral do Estado, contou com a colaboração direta, assistência técnica e apoio operacional da Regional da Controladoria Geral da União, da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social, da Secretaria da Saúde, da Secretaria da Educação e da Secretaria da Comunicação Social, sendo as conferências regionais e a estadual presididas pelo Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado, e, em suas ausências, pelo Subsecretário da CGE.

Com o intuito de facilitar a dinâmica dos Grupos, foi realizada pela Comissão Organizadora Estadual, com a participação de professores da Secretaria de Estado da Educação, a sistematização das 300 propostas priorizadas nas Conferências Regionais, culminando na elaboração do Caderno de Propostas, obedecendo aos seguintes critérios:

- cada Conferência Regional foi identificada em uma tabela, por meio de código correspondente a cada município-polo, sendo:

CÓDIGO	MUNICÍPIO-POLO
TO.R.0006	PALMEIRÓPOLIS
TO.R.0017	MIRACEMA
TO.R.0020	PEDRO AFONSO
TO.R.0059	ARAGUAÍNA
TO.R.0134	TOCANTINÓPOLIS
TO.R.0168	ARRAIAS
TO.R.0230	PALMAS
TO.R.0290	COLINAS
TO.R.0305	PORTO NACIONAL
TO.R.0311	AUGUSTINÓPOLIS
TO.R.0319	ANANÁS
TO.R.0330	ALMAS
TO.R.0333	GURUPI
TO.R.0356	GUARAÍ
TO.R.0538	PARAÍSO

- o material foi organizado por eixo temático;
- ao lado de cada proposta ficou identificado o código da Conferência Regional *onde ela foi aprovada;*
- os textos originais foram preservados;
- as propostas iguais foram sistematizadas e na coluna de origem da proposta há a indicação de todas as Conferências Regionais onde elas foram priorizadas.

I - PROPOSTAS SISTEMATIZADAS

EIXO I

Nº	CÓDIGO	PROPOSTAS	CÓDIGO ORIGINAL	PROPOSTAS SISTEMATIZADAS
1	4005	Sensibilizar a participação da população na elaboração e revisão do PPA, execução do orçamento público, prestações de contas em audiências públicas regulares, nas instituições de ensino, associações de bairros e outros.	TO.R.0333.01.1	Criar mecanismos de sensibilização da população com o fim de participar de prestações de contas, execução do orçamento, por meio de audiência pública.
			TO.R.0305.18.1	Realizar prestação de contas pelos gestores em locais com instituições de ensino, associações de bairros e outros.
			TO.R.0168.15.1	Promover o planejamento plurianual e sua revisão, com a participação da sociedade civil.
			TO.R.0305.19.1	Implementar mecanismos de sensibilização da sociedade para participar as audiências públicas.
2	4004	Promover ampla divulgação de eventos voltados a assuntos de interesse da sociedade, inclusive relativos à prestação de contas e transparência, bem como divulgar informações mensalmente à comunidade referentes à execução do orçamento público municipal, aos tributos incidentes nas despesas e aos projetos em tramitação na Câmara de Vereadores, por meio de canais de comunicação como rádios, jornais, televisão e panfletos.	TO.R.0290.01.1	Disponibilizar à sociedade informações sobre os tributos incidentes nas despesas por ela realizada
			TO.R.0330.01.1	Informar a população das contas dos municípios através de audiências públicas regulares
			TO.R.0311.06.1	Divulgar por meio de painel eletrônico as informações referentes a execução do orça mento público municipal;
			TO.R.0333.07.1	Promover ampla divulgação sobre eventos voltados para assuntos de interesse da sociedade, inclusive relativos a prestação de contas e transparência por canais mais comuns de comunicação como rádio, televisão, planfetos em instituições de ensino.
			TO.R.0168.01.1	Divulgar as informações referentes a execução do orçamento publico municipal através dos meios de comunicação.

			TO.R.0319.10.1	Divulgar todos os projetos em tramitação e aprovados na câmara de vereadores a sociedade.
			TO.R.0319.17.1	Utilizar o rádio , jornais e outros meios de comunicação local para divulgar mensalmente as informações do municípios para a população.
			TO.R.0538.01.1	Divulgar a execução do orçamento municipal através de mídia impressa e sistemas de telecomunicações de áudio visual.
3	4003	**Implementar campanhas publicitárias e eventos educativos no sentido de mobilizar e sensibilizar a sociedade na busca do conhecimento da gestão pública, da transparência dos recursos públicos e do controle social.**	TO.R.0134.09.1	Criar campanha educativa de divulgação e orientação quanto ao acesso aos portais de transparência.
			TO.R.0290.07.1	Promover campanhas publicitárias visando estimular a participação da sociedade no contexto da transparência pública e controle social
			TO.R.0290.20.1	Implementar mecanismos de sensibilização da sociedade para participar de audiências públicas.
4	4002	**Disponibilizar e inserir o endereço eletrônico (link) do portal de transparência dos municípios em blogs, sites e no portal do governo estadual, com linguagem acessível, bem como facilitar à sociedade o acesso a internet.**	TO.R.0290.18.1	Disponibilizar informações no portal de transparência em linguagem acessível à sociedade
			TO.R.0330.08.1	Facilitar o acesso á internet para obtenção de informações sobre transparência e controle social.
			TO.R.0330.14.1	Padronizar os portais de transparência públicas municipais através de blogs e sites.
			TO.R.0306.17.1	Inserir link no portal da transparência do estado direcionando para os portais de transparência do município.

			TO.R.0538.06.1	Incluir link no portal da transparência do governo estadual direcionado para os portais de transparência dos municípios.
5	4001	Implantar ouvidoria nos municípios como canal de comunicação entre o poder público e a sociedade civil organizada.	TO.R.0333.05.1	Aprimorar o canal de comunicação entre o poder público e sociedade civil nos municípios, principalmente por meio de ouvidorias.
			TO.R.0168.09.1	Implantação de ouvidoria nos municípios como canal de comunicação entre o poder publico e a sociedade civil organizada.
			TO.R.0230.14.1	Implantar ouvidorias como canais de comunicação entre o poder público e a sociedade.
			TO.R.0538.05.1	Implantar ouvidorias nos municípios.
6	3999	Instituir o controle interno como órgão fiscalizador, tornar obrigatória a realização de concursos para provimento de seus cargos e criar políticas de incentivos aos municípios que tenham órgãos de controle interno efetivamente funcionando.	TO.R.0020.19.1	Instituir controle interno como órgão fiscalizador dentro das instituições
			TO.R.0305.01.1	Tornar obrigatória a realização de concursos para provimento de cargos e controle interno.
			TO.R.0059.11.1	Criar políticas de incentivos pela união aos municípios que tenham controle interno funcionando de maneira efetiva.
7	3998	Propor parcerias com a União para o desenvolvimento de portais de transparência nos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, com vistas a antecipar sua implantação para 2012.	TO.R.0006.16.1	Propor que a União desenvolva sistemas e/ou sites padrão de fácil operacionalização e os disponibilize a todos os entes do poder público municipal.
			TO.R.0020.20.1	Antecipar para junho de 2012 a implantação dos portais de transparência na gestão municipal
			TO.R.0230.20.1	Antecipar para 2012 a implantação do portal da transparência nos municípios com menos de 50.000 (cinqüenta mil) habitantes.

			TO.R.0134.07.1	Antecipar a implantação do Portal da Transparência até 2012,nos Municípios com população inferior a 50 mil habitantes.
			TO.R.0290.15.1	Implantar portal da transparência nos municípios por meio de parceria com o governo federal.
			TO.R.0311.01.1	Antecipar para 2012 a implantação do portal de transparência nos municípios com população inferior a 50 mil habitantes;
			TO.R.0538.07.1	Antecipar para 2012 a implantação do portal da transparência nos municípios com população inferior a 50 mil habitantes.
8	3997	**Instituir o dia "D"de divulgação de informações e dados abertos pelas instituições governamentais e criar mecanismos legais para que o poder público tenha a obrigatoriedade de disponibilizar em tempo hábil os dados referentes às suas despesas e receitas, de modo que os cidadãos possam acessar e fiscalizar a destinação dos recursos públicos.**	TO.R.0006.12.1	Criar mecanismos legais para que o poder público tenha a obrigatoriedade de disponibilizar em tempo hábil os dados referentes às suas despesas e receitas, de modo que os cidadãos possam acessar e fiscalização a destinação dos recursos públicos.
			TO.R.0134.18.1	Criar o dia "D"de divulgação de informações e dados abertos pelas instituições governamentais.
9	3996	**Criar e disponibilizar espaço público digital para discussão, acesso a informação de dados públicos, para a capacitação da sociedade e atendimento de suas demandas.**	TO.R.0290.11.1	Disponibilizar espaço digital para possibilitar o acesso a informação e dados públicos, bem como a capacitação da sociedade.
			TO.R.0311.05.1	Criar um espaço de debate onde a sociedade organizada e não organizada possa discutir e repassar o feed back para a sociedade;

			TO.R.0305.17.1	Criar espaço digital público para atendimento das demandas da sociedade civil.
10	3995	**Promover palestras e eventos escolares sobre transparência, controle social e gestão pública, com intuito de sensibilizar o aluno quanto a importância do seu papel como agente multiplicador.**	TO.R.0017.01.1	Promover eventos escolares sobre transparência e informação sobre a gestão pública.
			TO.R.0305.06.1	Promover palestras sobre transparência e controle social, com intuito de sensibilizar o aluno quanto à importância do seu papel como agente multiplicador.
11	3982	**Inserir como tema transversal no currículo escolar a partir do ensino fundamental e nos cursos de formação inicial e continuada de professores, disciplina com temas sobre ética, transparência, controle social, prevenção e combate à corrupção.**	TO.R.0006.01.1	Garantir que os currículos escolares contemplem conteúdos que desenvolvam e incentivem o controle social dos atos do poder público.
			TO.R.0134.01.1	Incluir na Estrutura Curricular a partir do Ensino Fundamental a Disciplina sobre Transparência e Controle Social.
			TO.R.0290.06.1	Incluir como tema transversal na estrutura curricular da educação básica temas relacionados com transparência, corrupção e controle social
			TO.R.0305.10.1	Inserir no currículo escolar, a partir do ensino fundamental, disciplina versando sobre ética, transparência, controle social, prevenção e combate à corrupção.
			TO.R.0168.14.1	Incluir na estrutura curricular, a partir do ensino fundamental, disciplina sobre transparência e controle social.

			TO.R.0230.01.1	Inserir como tema transversal no currículo da educação básica e nos cursos de formação inicial e continuada de professores, temas relacionados à transparência, prevenção e combate à corrupção e controle social.
			TO.R.0306.14.1	Inserir no currículo escolar tema transversal sobre transparência e participação social.
			TO.R.0311.20.1	Instituir nos parâmetros curriculares a partir do ensino fundamental, disciplina sobre transparência pública e acesso à informação.
12	4067	Capacitar gestores e servidores e estruturar os órgãos para melhorar a execução do orçamento público e das obrigações legais existentes, possibilitando o cumprimento dos prazos estabelecidos.	TO.R.0290.17.1	Capacitar o gestor e equipe técnica com objetivo de melhorar a execução do orçamento público.
			TO.R.0333.06.1	Capacitar gestores e servidores, além de estruturar órgãos para execução das obrigações legais existentes, possibilitando o cumprimento dos prazos estabelecidos.
	4068	Propor que a União viabilize a capacitação de técnicos do poder público para a operacionalização do Portal da Transparência, oferecendo suporte e orientação sobre a inserção das informações de suas ações.	TO.R.0006.13.1	Propor que a União viabilize a capacitação de técnicos do poder público para a operacionalização do Portal da Transparência, oferecendo suporte e orientação sobre a inserção das informações de suas ações.
13	4069	Promover política de compensação financeira aos gestores públicos que desenvolverem ações proativas de excelência na divulgação dos atos públicos.	TO.R.0006.14.1	Promover política de compensação financeira aos gestores públicos que desenvolverem ações proativas de excelência na divulgação dos atos públicos.
14	4070	Exigir a participação integral dos gestores em eventos voltados para gestão pública.	TO.R.0017.11.1	Exigir a participação integral dos gestores em eventos voltados para gestão pública.

15	4071	Assegurar proteção a quem fiscaliza ou denuncia a má gestão pública.	TO.R.0017.17.1	Assegurar proteção a quem fiscaliza ou denuncia a má gestão pública.
16	4072	Eleger representantes com conhecimentos técnicos para gerenciar recursos públicos.	TO.R.0020.01.1	Eleger representantes com conhecimentos técnicos para gerenciar recursos públicos.
17	4073	Incluir nos orçamentos do estado e municípios recursos para realização de cursos de capacitação sobre controle social e transparência para a sociedade.	TO.R.0059.01.1	Incluir nos orçamentos do estado e municípios recursos para realização de cursos de capacitação sobre controle social e transparência para a sociedade
18	4074	Fazer cumprir a Lei nº 9472/97 - que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, na divulgação da transparência e acesso a informação de dados públicos.	TO.R.0059.07.1	Fazer cumprir a Lei nº 9472/97 - que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, na divulgação da transparência e acesso a informação de dados públicos.
19	4075	Fiscalizar os portais da transparência, objetivando verificar se os mesmos estão disponibilizando para a sociedade a aplicação dos recursos de maneira simples, clara e objetiva, para entender a aplicação e recebimentos dos recursos públicos.	TO.R.0059.09.1	Fiscalizar os portais da transparência, objetivando verificar se os mesmos estão disponibilizando para a sociedade a aplicação dos recursos de maneira simples, clara e objetiva, para entender a aplicação e recebimentos dos recursos públicos.
20	4076	Criar medidas de proteção para que os conselheiros de políticas públicas não sofram perseguições quando da execução de suas atividades.	TO.R.0059.13.1	Criar medidas de proteção para que os conselheiros de políticas públicas, para que não sofram perseguições quando da execução de suas atividades.
21	4077	Implementar parcerias com o orgão de controle interno e externo, visando fortalecer a transparência e o controle social.	TO.R.0306.01.1	Implementar parcerias com o órgão de controle interno e externo, visando fortalecer o contexto transparência e controle social.

22	4078	Promover a capacitação da sociedade por meio de programas difundidos nas redes sociais.	TO.R.0306.11.1	Promover a capacitação da sociedade, por meio de programas difundidos nas redes sociais.
23	4079	Criar fundo em âmbito federal para capacitação da sociedade para o acesso as informações (transparência) e participação social.	TO.R.0311.07.1	Criar fundo em âmbito federal para capacitação da sociedade para o acesso as informações (transparência) e participação social.
24	4081	Realizar campanhas publicitárias para promover a credibilidade das informações oriundas dos portais públicos de transparência.	TO.R.0330.19.1	Realizar campanhas publicitárias para promover a credibilidade das informações oriundas dos portais públicos de transparência.

EIXO II

#	CÓDIGO	PROPOSTAS	CÓDIGO ORIGINAL	PROPOSTAS SISTEMATIZADAS
1	4066	Criar Comissão de Transparência com membros exclusivos da sociedade civil com poder de investigação, para fiscalizar o dinheiro público e a atuação dos conselhos, receber denúncias e acompanhar a apuração dos respectivos processos, garantindo a divulgação dos resultados alcançados pelos orgãos de controle, com vistas a uma maior credibilidade por parte da sociedade civil.	TO.R.0006.15.2	Criação de Comissão da Transparência com membros exclusivos da sociedade civil, para fiscalizar o dinheiro público, receber denúncias e com poder de investigação.
			TO.R.0230.02.2	Cobrar dos órgãos públicos os resultados de processos de denúncias.
			TO.R.0319.19.2	Divulgar sistematicamente , os resultados alcançados pelos órgãos de controle , com vistas a uma maior credibilidade por parte da sociedade civil.

2	4065	Garantir a participação da sociedade civil na comissão de licitação e atualizar a tabela de valores das modalidades de licitação, mediante a alteração da lei 8.666.	TO.R.0168.05.2	Reformular a lei n. 8.666, garantindo a participação da sociedade civil na comissão de licitação, bem como a atualização da tabela de valores das modalidades de licitação.
3	3963	Garantir dotação orçamentária em ações governamentais destinadas à promoção de cursos de sensibilização e capacitação da população e de lideranças comunitárias para o exercício do controle social.	TO.R.0305.14.2	Assegurar no orçamento da União recurso para ações governamentais na promoção de cursos de sensibilização e capacitação de controle social para a população.
			TO.R.0230.10.2	Garantir dotação orçamentária para capacitação de lideranças comunitárias para o exercício do controle social.
4	3876	Criar campanhas publicitárias de divulgação dos portais de transparência e orientação quanto ao seu acesso, por meio de blogs, sites e cartilhas, em linguagem popular, visando facilitar o acesso a informações de recursos públicos.	TO.R.0319.15.2	Criar campanhas publicitárias de divulgação dos portais de transparências das contas públicas , inclusive quanto ao seu acesso.
			TO.R.0330.15.2	Facilitar o acesso ás informações de recursos públicos municipais através de blogs e sites
			TO.R.0059.06.2	Elaborar cartilhas, em linguagem popular, orientando quanto à utilização correta dos portais da transparência.
			TO.R.0319.15.2	Criar campanhas publicitárias de divulgação dos portais de transparências das contas públicas , inclusive quanto ao seu acesso.
			TO.R.0059.06.2	Elaborar cartilhas, em linguagem popular, orientando quanto à utilização correta dos portais da transparência.
5	3863	Criar fundo e programas de incentivo à participação em conselhos de políticas públicas, visando custear despesas com deslocamento, capacitação, alimentação,	TO.R.0006.02.2	Criação de fundo financeiro para incentivo aos conselhos municipais para maior participação.
			TO.R.0330.16.2	Tornar obrigatória a destinação de recursos financeiros para estruturação dos conselhos.

		entre outras, tornando obrigatória, inclusive, a destinação de recursos financeiros para a sua estruturação.	TO.R.0306.02.2	Elaborar programas (orçamentos) de incentivo e participação monetária para que os representantes de conselhos e fóruns municipais, estaduais e federais recebam subsídios para o deslocamento, capacitação, alimentação e afins.
6	3857	Inserir no contexto educacional de forma interdisciplinar práticas pedagógicas sobre cidadania, justiça social, ética e outros temas que tratem sobre controle social, desde o ensino fundamental ao ensino médio para que as pessoas tenham formação política e se tornem cidadãos críticos e participativos.	TO.R.0017.18.2	Inserir no contexto educacional de forma interdisciplinar práticas pedagógicas para que as pessoas tenham formação política , desde o ensino fundamental ao ensino médio, formando cidadãos críticos e participativos
			TO.R.0311.10.2	Trabalhar de forma transversal os termos cidadania, justiça social, ética e outros temas relevantes quanto a atuação do controle social a partir do ensino fundamental;
			TO.R.0333.09.2	Incluir na grade curricular a partir da segunda fase do ensino fundamental temas que tratem de controle social.
			TO.R.0538.08.2	Incluir referencial curricular, a partir do ensino fundamental, uma disciplina que trate do controle.
7	3826	Divulgar, de forma ampla e permanente, os mecanismos de controle social e de funcionamento dos serviços públicos e a importância da participação da sociedade nas instâncias de controle, incluindo campanhas educativas em escolas, unidades de saúde, sindicatos e associações do meio rural e eventos destinados ao controle social, tais como, conferências, fóruns, audiências públicas e reuniões dos conselhos.	TO.R.0017.10.2	Divulgar a importância da participação da sociedade civil em instâncias organizadas
			TO.R.0020.05.2	Esclarecer a comunidade quanto ao funcionamento dos serviços públicos
			TO.R.0311.09.2	Divulgação em massa e permanente por parte do poder público dos mecanismos de controle social existentes;
			TO.R.0319.18.2	Desenvolver campanhas educativas sobre a importância da participação no controle das contas públicas através das escolas unidades de saúde, sindicatos e associações no meio rural.

			TO.R.0059.15.2	Maior divulgação dos eventos destinados ao controle social (conferências, fóruns, audiências públicas e reuniões dos conselhos).
8	3815	Tornar obrigatória a implantação de ouvidorias em todos os municipios e em seus diversos setores, com acesso pelo 0800 e/ou sítios eletrônicos na internet.	TO.R.0006.08.2	Criação obrigatória de Ouvidoria Municipal através do 0800 e/ou sítio na internet.
			TO.R.0017.12.2	Implantação de ouvidorias municipais nos diversos setores;
			TO.R.0311.08.2	Criar ouvidorias no âmbito de todos os municípios;
			TO.R.0059.02.2	Criar ouvidorias em todos os municípios
9	4127	Estabelecer parceria com empresas de fornecimento de água, energia e telefone para divulgação, nas faturas, dos mecanismos de controle das contas públicas, aplicando o princípio da responsabilidade social.	TO.R.0311.02.2	Estabelecer parceria com empresas de fornecimento de água, energia e telefone para divulgação, nas faturas, dos mecanismos de controle das contas públicas, aplicando o princípio da responsabilidade social;
10	4126	Elaborar programas e propostas de educação continuada e permanente relacionados ao funcionamento e manutenção dos programas sócio-assistenciais de domínio público e privado de implantação municipal, estadual e federal.	TO.R.0306.18.2	Elaborar programas e propostas de educação continuada e permanente, relacionados ao funcionamento e manutenção dos programas sócio-assistenciais de domínio público e privado de implantação municipal, estadual e federal.
11	4125	Transformar o projeto de lei n.º 41 de 2010 em lei para que o cidadão possa ter livre acesso a todas as informações do poder público em todas as instâncias de forma clara e objetiva.	TO.R.0017.14.2	Transformar o projeto de lei nº 41 de 2010 em lei para que o cidadão possa ter livre acesso a todas as informações do poder público em todas as instâncias de forma clara e objetiva
12	4124	Criar o "Dia Estadual de Combate à Corrupção".	TO.R.0311.11.2	Criar o "Dia Estadual de Combate à Corrupção".

13	4123	Disponibilizar o acesso aos portais de transparências à sociedade através dos meios tecnológicos em espaços públicos.	TO.R.0319.13.2	Disponibilizar o acesso aos portais de transparências a sociedade através dos meios tecnologicos em espaços públicos.
14	4122	Tornar obrigatória a divulgação e multiplicação, de forma ampla e clara por mídias diversas, de prestação de contas bimestralmente.	TO.R.0017.07.2	Obrigatoriedade de divulgação e multiplicação de forma ampla e clara por mídias diversas de prestação de contas bimestralmente
15	4121	Instituir critério de desempate em provas de títulos em concurso público para quem tenha exercido assento junto aos conselhos de políticas públicas.	TO.R.0290.14.2	Instituir critério de desempate em provas de títulos em concurso público para quem tenha exercido assento junto aos conselhos de políticas públicas.
16	4120	Promover eleições para criação de associações de bairros, para que cada setor ter seu representante.	TO.R.0006.18.2	Promover eleições para criação de associações de bairros, para cada setor ter seu representante.
17	4119	Exigir a aplicação do recurso público por meio de licitação transparente.	TO.R.0305.13.2	Exigir a aplicação do recurso público por meio de licitação transparente.
18	4118	Garantir o repasse de recursos entre entes federados somente com a realização do orçamento participativo.	TO.R.0305.02.2	Garantir o repasse de recursos entre entes federados somente com a realização do orçamento participativo.
19	4117	Fortalecer mecanismos já existentes (informações públicas, análises técnicas, disseminação de idéias, mobilização de pessoas), tornando-os mais evidentes e de esclarecimento público utilizando os meios de administração participativa.	TO.R.0306.15.2	Fortalecer mecanismos já existentes (informações públicas, análises técnicas, disseminação de idéias, mobilização de pessoas), tornando-os mais evidentes e de esclarecimento público utilizando os meios de administração participativa.
20	4116	Criar mecanismos, como, por exemplo, incentivos às prefeituras, orçamento	TO.R.0006.19.2	Criação de comissão representada pela sociedade civil para o acompanhamento de serviços e obras.

		participativo setorial, descentralização da gestão, visando mobilizar a participação da sociedade no acompanhamento dos procedimentos licitatórios, dos serviços e obras, garantindo ao controle social efetividade das decisões por meio de leis.	TO.R.0017.02.2	Garantir a descentralização da gestão, com uma maior participação da sociedade civil nas decisões
			TO.R.0290.19.2	Implantar orçamento participativo setorial, como mecanismo de promover a melhor participação popular.
			TO.R.0305.20.2	Garantir ao controle social efetividade das decisões por meio de leis.
			TO.R.0538.10.2	Criação de mecanismos por parte do município, visando momobilizar a participação popular no acompanhamento dos procedimentos licitários.
			TO.R.0538.11.2	Criar incentivos às prefeituras que conseguirem realizar ações de mobilização da sociedade ao efetivo controle social.
21	4102	Promover a capacitação popular em fiscalização da aplicação dos recursos públicos, visando o fortalecimento da participação social na gestão do estado, por meio de cursos a distância, palestras públicas nas periferias e escolas, desenvolvimento de projetos de formação de multiplicadores para disseminação das práticas referente ao	TO.R.0230.07.2	Promover a capacitação popular em fiscalização da aplicação dos recursos públicos, visando o fortalecimento da participação social na gestão do estado, promovendo palestras públicas nas periferias e escolas, e, destinando técnicos para tirar dúvidas nas bases.
			TO.R.0319.20.2	Desenvolver projetos de formação de multiplicadores para disseminação das práticas referente ao controle social.

		controle social, e destinando técnicos para tirar dúvidas nas bases.	TO.R.0538.09.2	Promoção de cursos de capacitação`distância voltados para a sociedade.
22	4101	Promover a ampliação das redes de ouvidoria, realização de conferências, de mesas redondas, criando condições e esclarecendo a sociedade da necessidade de acompanhamento das ações governamentais, assim como capacitar o servidor público para receber o cidadão quando em busca de informações ou instrumentos de participação cidadã.	TO.R.0290.02.2	Promover a ampliação das redes de ouvidoria, realizações de conferências, mesas redondas, criando condições e esclarecendo a sociedade da necessidade de acompanhamento das ações governamentais
			TO.R.0333.08.2	Capacitar o servidor público para receber o cidadão quando em busca de informações ou instrumentos de participação cidadã.
23	4100	Criar no calendário escolar a semana estadual de transparência e controle social para a cidadania.	TO.R.0333.02.2	Criar calendário escolar a semana estadual de transparência e controle social para cidadania.
	4099	Tornar obrigatória a criação de fóruns e oficinas semestrais para as comissões de licitações, com objetivo de minimizar falhas nos procedimentos administrativos.	TO.R.0168.18.2	Tornar obrigatória a criação de fóruns e oficinas semestrais para as comissões de licitações, com objetivo de minimizar falhas nos procedimentos administrativos.
24	4098	Promover cursos de formação na área de controle social para os conselheiros municipais e sociedade civil organizada, visando melhorar a fiscalização na aplicação dos recursos públicos.	TO.R.0006.11.2	Promover cursos de formação na área de controle social para os conselheiros municipais e sociedade civil organizada.
			TO.R.0168.12.2	Promover cursos de formação para conselheiros municipais, visando a melhorar a fiscalização na aplicação dos recursos públicos.

25	4097	Tornar obrigatório o preenchimento de cargos da carreira de fiscalização e controle interno municipal, por meio de concurso público.	TO.R.0168.10.2	Tornar obrigatório o preenchimento de cargos da carreira de fiscalização e controle interno municipal, por meio de concurso público.
26	4096	Criar curso de formação e capacitação para os agentes políticos eleitos para os poderes executivo e legislativo.	TO.R.0168.02.2	Criar curso de formação e capacitação para os agentes políticos, eleitos para os poderes executivo e legislativo.
27	4095	Divulgar erros cometidos pela gestão municipal por meio de material informativo elaborado pela CGU e CGE aos municípios.	TO.R.0134.19.2	Divulgação com material informativo da CGU e da CGE para os municipios sobre os erros cometidos pela gestão municipal.
28	4094	Sensibilizar a sociedade civil por meio de fóruns, capacitações, conferências e debates a participar dos conselhos.	TO.R.0330.02.2	Fiscalizar a atuação dos conselhos por meio da sociedade
			TO.R.0319.02.2	Sensibilizar a sociedade civil quanto a participação dos conselhos através de foruns , capacitações , conferenciaa, debates.
29	4093	Realizar reuniões dos conselhos de políticas públicas descentralizadas nos bairros, visando à participação da sociedade civil.	TO.R.0059.20.2	Realizar reuniões dos conselhos de políticas públicas descentralizadas nos bairros, visando à participação da sociedade civil.
30	4092	Criar espaço permanente entre comunidade e instâncias representativas com o objetivo de divulgar eventos, cursos e ampliar a participação da sociedade no exercício do controle social.	TO.R.0020.02.2	Criar espaço permanente de debates nas instancias representativas das comunidades urbanas e rurais, que possobilitem uma maior participação no exercicio do controle social
			TO.R.0333.10.2	Criar um canal entre a comunidade e as associações com objetivo de divulgar os eventos e cursos voltados para o controle social.
			TO.R.0538.02.2	Divulgar por meio dos canais disponíveis no municipio dos cursos voltados ao controle social disponibilizados pelos órgãos estadual e federal.

31	4091	Promover audiências públicas sobre controle social e aplicação de recursos públicos e eventos que tenham o propósito de incentivar, mobilizar e engajar a população a participar efetivamente do controle da gestão pública, das decisões políticas e da execução das leis.	TO.R.0134.02.2	Promover Audiência Pública com amplas divulgações sobre: Controle social e aplicação dos recursos públicos.
			TO.R.0134.05.2	Promover Audiência Pública com amplas divulgações sobre: Controle social e aplicação dos recursos públicos.
			TO.R.0134.08.2	Promover eventos ,pelos entes municipais,para mobilizar e enganjar a população para participár do controle da gestão pública.
			TO.R.0290.09.2	Promover ações que melhorem a participação efetiva da sociedade na melhor execução das leis
			TO.R.0168.07.2	Incentivar a população a participar efetivamente das decisões politicas.
			TO.R.0168.17.2	Incentivar a sociedade para participar das audiências públicas.

EIXO III

#	CÓDIGO	PROPOSTAS	CÓDIGO ORIGINAL	PROPOSTAS SISTEMATIZADAS
1	3700	Propor ao Poder Publico a criação de mecanismos para a realização de coleta de sugestões junto à comunidade, como forma de ouvir as pessoas que são o alvo principal das politicas sociais, compatiblizando horários e locais que melhor atendam a sociedade.	TO.R.0330.07.3	Propor ao poder público a realização de coleta de sugestões junto á comunidade, compatiblizando horários e locais que melhor atendam a sociedade
			TO.R.0230.03.3	Envolver a sociedade civil de forma mais efetiva e criar mecanismos para ouvir essas pessoas que são alvo principal das políticas sociais.

2	3698	**Elaborar e divulgar de forma clara por meio de cartilhas, panfletos e em local de fácil acesso, bem como disponibilizar em portais de transparência por meio de internet rápida em todos os municípios, as atas, decisões e pautas das reuniões dos conselhos, assim como informações sobre atribuições e atuação dessas instituições, possibilitando a fiscalização por parte da sociedade.**	TO.R.0020.13.3	Disponibilização de internet rápida para acesso aos sistemas de forma igual para todos os municípios da região.
			TO.R.0134.16.3	Divulgação pelos gestores das ações e atribuições dos Conselhos através da mídia local,distribuição de panfletos e criaçãode uma cartilha que específique de forma clara.
			TO.R.0290.16.3	Divulgar em local de fácil acesso as pautas e atas das reuniões de conselhos de políticas públicas.
			TO.R.0333.11.3	Incluir nos portais de transparência as decisões dos conselhos, como forma da sociedade fiscalizar os mesmos.
			TO.R.0305.12.3	Elaborar e divulgar material sobre os conselhos e sua atuação.
			TO.R.0330.20.3	Dar publicidade às ações desenvolvidas no âmbito dos conselhos.
3	3692	**Criar incentivos, tais como emissão de carteirinha de identificação e passes livres, que valorizem e assegurem a participação da população nos conselhos, por intermédio de campanhas nos meios de comunicação locais, de reuniões ordinárias nos bairros e comunidade para escolha dos conselheiros e para o debate sobre o papel dos conselhos na participação da gestão pública, visando mobilizar a sociedade civil com o objetivo de**	TO.R.0006.07.3	Criar incentivos que assegurem a participação da população nos conselhos.
			TO.R.0017.13.3	Promover maior interação entre sociedade e conselhos por meio de reuniões e meios de comunicação locais
			TO.R.0134.12.3	Mobilizar a sociedade civil através de reuniões ordinárias dos conselhos nos bairros/comunidades.
			TO.R.0330.05.3	Realizar campanha para moblização da sociedade para escolha dos conselheiros

		promover maior interação entre esta e os conselhos.	TO.R.0330.12.3	Criar incentivos que valorizam a participação da sociedade em conselhos de políticas públicas, tais como criação de carteirinha de identificação(passe livre, entrada em eventos, etc)
			TO.R.0168.16.3	Criar fóruns de debates, visando mobilizar a comunidade sobre o papel do conselho na participação da gestão pública.
4	3689	Punir de forma exemplar gestores que não cumprirem a legislação referente à disponibilização de informações e entrega de documentos solicitados pelos conselhos.	TO.R.0305.09.3	Aplicar medida disciplinar para os gestores públicos que não cumprirem o prazo de entrega dos documentos solicitados pelos conselhos.
			TO.R.0319.03.3	Punir de forma exemplar , os gestores que nao cumprem a legislação referente a disponibilização de informações aos conselhos.
5	3683	Modificar a legislação existente a fim de aumentar autonomia dos conselhos como instancia de controle, respeitando a paridade da composição e evitando retaliações (perseguições) na execução de suas atribuições.	TO.R.0319.11.3	Garantir a autonomia dos atos dos conselhiros evitando a realhiação e perseguição as mesmo na execução de suas atribuições.
			TO.R.0330.18.3	Modificar a legislação existente a fim de dar maior autonomia aos conselhos como instância de controle, respeitando a paridade da composição dos mesmos.
6	3679	Restringir a participação de uma pessoa/conselheiro a no máximo dois conselhos.	TO.R.0017.15.3	Restringir a participação de uma pessoa em no máximo dois conselhos
			TO.R.0020.18.3	Limitação da participação de conselheiros a no máximo dois conselhos.
7	3657	Instituir, por meio de lei, fundo nacional com dotação orçamentária específica para atender as demandas dos conselhos de políticas	TO.R.0017.09.3	Proporcionar recursos financeiros para a participação dos conselheiros representantes da sociedade civil nas atividades dos conselhos

		públicas em todas as esferas, como recursos humanos, físicos e materiais, inclusive para criação de núcleos estaduais e municipais, para aquisição de veículos, prédios próprios e para a cobertura de custos de deslocamento dos conselheiros aos locais de capacitação, reuniões e conferências, garantindo a estruturação, funcionamento e o fortalecimento dos conselhos.	TO.R.0020.03.3	Cobertura dos custos de deslocamento intermunicipal e interestadual dos conselheiros locais de capacitação, reuniões e conferencias intermunicipais.
			TO.R.0020.16.3	Dotação Orçamentária específica para atender aos Conselhos de Políticas Públicas dos Municípios.
			TO.R.0290.12.3	Garantir o aporte de recursos financeiros, físicos e humanos para o funcionamento dos conselhos.
			TO.R.0311.12.3	Instituir um fundo federal para fortalecimento dos conselhos de políticas públicas, tornando-os mais participativos;
			TO.R.0311.14.3	Garantir recursos da união para aquisição de veículos para ações dos conselhos de políticas públicas.
			TO.R.0333.12.3	Incluir no orçamento de todos os entres da federação, dotação específica para estruturação e mobilização dos conselhos em geral.
			TO.R.0059.03.3	Destinar dotação orçamentária do governo federal para construção de prédio próprio para o funcionamento dos concelhos municipais.
			TO.R.0305.15.3	Criar fundo para implantação e manutenção dos conselhos de políticas públicas.
			TO.R.0230.08.3	Criar núcleos estaduais e municipais de apoio aos conselhos, com equipamentos e técnicos habilitados para atendimento.
			TO.R.0230.12.3	Criar uma política de incentivo financeiro para custear as despesas decorrentes da participação nos conselhos (geton, auxílio financeiro, diárias).

			TO.R.0230.15.3	Garantir dotação orçamentária para o fortalecimento dos conselhos públicas.
			TO.R.0306.13.3	Prover recursos materiais e humanos para o funcionamento dos conselhos.
			TO.R.0306.19.3	Garantir recursos para estruturação e funcionamento da sede dos conselhos.
			TO.R.0319.12.3	Cobrir por meio do orçamento municipal os custos de deslocamento dos conselheiros ao locais de capacitação e reuniões.
			TO.R.0538.12.3	Garantir orçamento no ppa para os conselhos, nas tres esferas de governo.
			TO.R.0538.15.3	Garantir aos conselheiros, condições de transporte e alimentação nos dias das reuniões, bem como diárias para participação em eventos externos.
			TO.R.0538.18.3	Instituir por meio de lei um fundo nacional para estruturação de conselhos de politicas públicas.
			TO.R.0059.08.3	Criar dotação orçamentária específica para atender aos conselhos de políticas públicas, em todos os municípios.
			TO.R.0059.16.3	Cobertura dos custos de deslocamento dos conselheiros aos locais de capacitação e reuniões, por meio de vale-transporte ou carteirinha de conselheiro.
8	3646	**Criação de espaço físico único destinado aos conselhos de políticas públicas, com secretário**	TO.R.0006.09.3	Criação de uma assessoria municipal para dar suporte aos conselhos.

		executivo ocupante de cargo público efetivo para municípios de até 50.000 habitantes, com pessoal qualificado, inclusive com assessoria e auxiliar administrativo, para atender as instancias de controle social, com infraestrutura adequada de equipamentos, material de expediente, informática/internet, veículo e demais elementos necessários ao atendimento, funcionamento, integração e maior visibilidade dos conselhos.	TO.R.0017.03.3	Criação de um espaço físico único destinado aos conselhos municipais, com estrutura adequada, inclusive com secretário executivo ocupante de cargo público efetivo, para municípios de até 50.000 habitantes.
			TO.R.0020.15.3	Criação de uma Casa dos Conselhos com local próprio, Secretaria Executiva e Auxiliar Administrativo com infraestrutura de equipamentos, material de expediente, informática/internet e veículo.
			TO.R.0290.10.3	Criar casas de conselhos
			TO.R.0306.12.3	Criar a sede dos conselhos de políticas públicas, viabilizando a integração e maior visibilidade dos mesmos.
			TO.R.0319.16.3	Criar uma casa dos conselhos com local propriio secretaria executiva e auxiliar administrativo com infraestutura adequada para seu funcionamento.
			TO.R.0538.03.3	Garantir espaço físico único com infraestrutura e recursos humanos qualificados para atender as instancias de controle social.
9	**3632**	**Elaborar plano de capacitação pelo Poder Publico e órgãos de controle com o objetivo de realizar cursos presenciais de formação continuada para conselheiros, incluindo a analise de demonstrativos financeiros, de forma regionalizada, nas três esferas de governo com obrigatoriedade de multiplicação dos conhecimentos adquiridos, objetivando a habilitação dos conselheiros, a interação dos**	TO.R.0006.03.3	Criar programas de capacitação continuada para os conselheiros.
			TO.R.0017.16.3	Instituir programas de formação continuada aos conselheiros
			TO.R.0020.14.3	Elaboração de um Plano de Capacitação periódico visando a interação entre os diversos conselhos e capacitação dos respectivos conselheiros, inclusive quanto à análise dos demonstrativos financeiros.

		conselhos e a conscientização da importância de suas funções.	TO.R.0134.11.3	Criar cursos de formação /capacitação de Conselheiros de forma regionalizada com obrigatoriedade de disseminaçãodos conhecimentos adquiridos para os demais.
			TO.R.0290.03.3	Capacitação dos conselheiros sobre temas que os habilitem a exercer seu papel.
			TO.R.0330.03.3	Capacitar os conselheiros para melhor funcionamento dos conselhos
			TO.R.0311.13.3	Capacitação presencial regionalizada e continuada dos conselheiros nas 3 esferas de governo;
			TO.R.0333.03.3	Capacitar os membros dos conselhos para melhor atuação.
			TO.R.0168.03.3	Capacitar os membros dos conselhos, com o objetivo de conscientizá-los da importância da sua função.
			TO.R.0305.03.3	Promover a capacitação e formação continuada para os conselheiros.
			TO.R.0230.09.3	Realizar curso de capacitação para conselheiros, ofertados pelo poder público e órgãos de controle, em âmbito estadual e municipal.
			TO.R.0306.03.3	Capacitação continuada para os conselheiros para que os mesmos possam desenvolver suas atividades com segurança técnica.
			TO.R.0319.05.3	Realizar cursos de formação para conselheiros antes dos mesmo começarem a exercer suas funçoes.
			TO.R.0319.14.3	Realizar capacitação presencial e periódica dos conselheiros visando a interação dos conselhos.

			TO.R.0538.17.3	Garantir capacitação continuada para conselheiros.
10	3467	**Inserir nas diretrizes curriculares da educação básica como tema transversal o controle social e transparência, com o auxilio dos conselhos.**	TO.R.0006.06.3	Inserir o tema Controle Social nas diretrizes curriculares da educação básica como tema transversal com o auxílio dos conselhos.
			TO.R.0020.17.3	Inserção, na Grade Curricular das escolas públicas, de temas e disciplinas voltadas ao Controle Social a partir do ensino fundamental.
			TO.R.0306.08.3	Instituir nas escolas, a partir do ensino fundamental de forma transversal a temática transparencia e controle social.
			TO.R.0538.14.3	Inserir o tema controle social como tema transversal ns educação escolar.
11	3458	**Promover encontros, fóruns, seminários e congressos de articulação e informação para conselheiros municipais e estaduais, que envolvam movimentos sociais e cidadãos nas políticas públicas, visando maior aproximação entre os conselhos, bem como conscientizar os conselheiros sobre a importância da sua participação nesses eventos.**	TO.R.0134.03.3	Promover uma maior aproximação dos Conselhos Estaduais através de encontros, fóruns, seminários e congressos.
			TO.R.0134.17.3	Promover encontros semestrais entre os Conselhos de políticas públicas no âmbito municipal.
			TO.R.0330.09.3	Realizar intercâmbios entre os conselhos municipais para troca de experiências.
			TO.R.0305.11.3	Promover fóruns de articulação e informação, envolvendo movimentos sociais e cidadãos nas políticas públicas, conscientizando das importância da participação dos conselheiros.

12	4180	Garantir aos conselheiros acesso irrestrito às informações contábeis e financeiras de todos os recursos disponibilizados aos municípios, seja de origem municipal, estadual e federal.	TO.R.0319.07.3	Garantir aos conselheiros acesso irrestrito as informações contabeis e financeiras de todos os recursos disponibilizados aos municipios . Seja de origem municipal, estadual e federal.
13	4179	Desenvolver e aperfeiçoar métodos que estimulam a participação das pessoas nos conselhos (reunião nos bairros, horários alternados, dispensa do conselheiro pelos órgãos responsáveis).	TO.R.0306.10.3	Desenvolver e aperfeiçoar métodos que estimulam a participação das pessoas nos conselhos (reunião nos bairros, horários alternados, dispensa do conselheiro pelos orgãos responsáveis).
14	4178	Realizar eleição aberta à sociedade civil para composição dos conselhos, com publicação em diário oficial.	TO.R.0290.08.3	Realizar eleição aberta à sociedade civil para composição dos conselhos, com publicação em diário oficial
15	4177	Garantir em lei o abono de falta aos representantes do setor privado e público nos dias em que estiver em atividade do conselho.	TO.R.0230.17.3	Garantir em lei, tanto para os representantes do setor privado quanto do setor público, o abono de falta nos dias em que estiver em atividade do conselho.
16	4176	Tornar os conselhos unidades gestoras dos recursos destinados a sua manutenção e funcionamento, por meio da descentralização e repasse direto dos recursos.	TO.R.0230.11.3	Tornar os conselhos unidades gestoras dos recursos destinados a sua manutenção e funcionamento, por meio da descentralização e repasse direto dos recursos.
17	4175	Criar mecanismos para fortalecer a parceria entre sociedade e poder público, visando a execução das ações propostas pelos conselhos.	TO.R.0059.19.3	Criação de mecanismos para fortalecer a parceria entre sociedade e poder público, visando a execução das ações propostas pelos conselhos.
18	4174	Garantir participação dos usuários, com direito a voz e voto, nas instâncias de controle social das políticas públicas.	TO.R.0538.16.3	Garantir participação dos usuários, com direito a voz e voto, nas instâncias de controle social das políticas públicas.

19	4173	**Obrigar a divulgação das decisões dos conselhos em jornais de grande circulação regional.**	TO.R.0333.13.3	Obrigar a divulgação das decisões dos conselhos em jornais de grande circulação regionais.
20	4172	**Capacitar as organizações sociais de base e sociedade civil, por Iniciativa do poder público, quanto a importância da mobilização popular, da atuação nos conselhos de políticas públicas e da participação dos conselheiros em conferências nas esferas municipal, estadual e federal.**	TO.R.0311.03.3	Iniciativa do poder público em levar conhecimento para a sociedade civil sobre a importancia e a necessidade de participação dos conselhos e conferências nas 3 esferas;
			TO.R.0306.20.3	Capacitar as organizações sociais de base quanto a importancia da mobilização popular e a atuação dos conselhos de políticas públicas.
21	4171	**Maior atuação dos órgãos de controle estadual e federal sobre os conselhos, realizando fiscalizações semestrais, visando avaliar o funcionamento e cumprimento de suas atribuições.**	TO.R.0006.20.3	Maior atuação do Controle Interno sobre os conselhos.
			TO.R.0059.18.3	Realização de fiscalização (a cada 6 meses) nos conselhos, por parte dos órgãos de controle estadual e federal, visando avaliar seu funcionamento e cumprimento das suas atribuições.
22	4169	**Criar instrumentos para facilitar a análise das prestações de contas, vez que os conselheiros não possuem conhecimentos contábeis.**	TO.R.0168.13.3	Criar instrumentos para facilitar a análise das prestações de contas, uma vez que os conselheiros não possuem conhecimentos contábeis para tal
23	4153	**Estabelecer perfil para pessoas fazerem parte dos conselhos de políticas públicas.**	TO.R.0538.13.3	Estabelecer perfil para pessoas fazerem parte dos conselhos de políticas públicas.
24	4149	**Incluir técnicos em áreas afins na composição dos conselhos.**	TO.R.0333.19.3	Incluir técnicos nas áreas afins na composição dos conselhos.

EIXO IV

#	CÓDIGO	PROPOSTAS	CÓDIGO ORIGINAL	PROPOSTAS SISTEMATIZADAS
1	3428	Garantir maior profissionalismo no serviço público, intensificar a fiscalização de denúncias e assegurar proteção aos denunciantes dos atos de corrupção para coibir a manipulação política e a troca de favores.	TO.R.0020.10.4	Assegurar a proteção de denunciantes de atos de corrupção
			TO.R.0333.14.4	Coibir a troca de favores politícos por meio de intensificação da fiscalização da denúncia, inclusive proteção ao denunciante.
			TO.R.0306.09.4	Garantir maior profissionalismo no serviço público de forma a evitar a manipulação política.
2	3393	Criar a secretaria de controle Interno nas esferas federal, estadual e municipal, constituída de ouvidoria e corregedoria, com investidura nos cargos por meio de concurso público, com plano de carreiras, capacitação continuada, estrutura e ferramentas adequadas para o exercício independente de suas funções e mandato para seus dirigentes, com obrigatoriedade de ampla divulgação de relatórios como mecanismo de combate a corrupção.	TO.R.0017.20.4	Composição do controle interno exclusivamente por servidores concursados nas esferas federal, estadual e municipal.
			TO.R.0311.04.4	Efetivação dos cargos de controle interno por meio de concurso público;
			TO.R.0305.07.4	Fortalecer os órgãos de controle interno por meio de formação continuada, garantindo estrutura, ferramentas adequadas e autonomia de função.
			TO.R.0168.08.4	Estruturar o órgão de controle interno e capacitar seus servidores para o exercício independente de suas funções.
			TO.R.0230.13.4	Criar carreira específica para os órgãos de controle interno, com provimento unicamente por meio de concurso público e mandato para seus dirigentes.
			TO.R.0230.18.4	Tornar obrigatória a ampla divulgação dos relatórios dos órgãos de controle interno e externo de todos os entes federativos.

			TO.R.0319.09.4	Criar secretaria municipal de controle interno , consituida de ouvidoria e corregedoria , como mecanismo de combate a corrupçao.
	3390	Instituir comissão de investigação para apurar se gastos futuros com o dinheiro público tem ligação com despesas eleitorais, evitando desvio para cobrir despesas de campanha.	TO.R.0017.04.4	Na apresentação de gastos eleitorais, deveria ter uma comissão de investigação para apurar os gastos futuros com o dinheiro público, evitando o desvio para cobrir despesas de campanha.
3	3385	Criar comissão de fiscalização para acompanhar a movimentação dos recursos públicos e o cumprimento da divulgação das prestações de contas pelas instituições públicas com a obrigatoriedade da divulgação dos extratos bancários e resultados para a sociedade.	TO.R.0134.10.4	Criação de uma comissãode fiscalização para acompanhar a movimentação dos recursos financeiros com a divulgação dos resultados .
			TO.R.0330.06.4	Tornar obrigatória a divulgação de extratos bancários de contas especificas que movimentam recursos publicos
			TO.R.0305.04.4	Intensificar a fiscalização quanto ao cumprimento da obrigatoriedade de prestação de contas públicas.
4	2808	Criar políticas e programas de governo, nas esferas federal e municipal, que incentivem as entidades públicas e privadas (sociedade civil) voltadas à prevenção e combate à corrupção, com destinação orçamentária própria para as atividades dessas entidades.	TO.R.0006.10.4	Criação de um Programa de Governo (Federal) que incentive as entidades públicas e privadas (sociedade civil) voltadas à prevenção e combate à corrupção, com destinação orçamentária própria para as atividades dessas entidades.
			TO.R.0006.17.4	Criar oficialmente nos municípios uma política de combate à corrupção.
5	2792	Tornar mais rígida e efetiva a punição de agentes públicos que incorrerem em atos de corrupção, por meio de alteração dos códigos civil e penal, com a fixação de prazos para tramitação na justiça de processos	TO.R.0006.04.4	Alteração dos códigos civil e penal no que diz respeito a fraudes e atos de corrupção, visando uma legislação clara, objetiva, rígida e célere, principalmente no que diz respeito à condenação dos corruptos e ressarcimento dos valores desviados.

		relacionados à corrupção, incluindo a prática da corrupção como crime hediondo, cominando pena de demissão, inelegibilidade e impedimento de exercer outro cargo público, bem como exigir o ressarcimento de imediato e integral dos valores desviados, corrigidos monetariamente.	TO.R.0017.05.4	Punição aos maus gestores e servidores públicos envolvidos em casos de corrupção, com demissão a bem do serviço público e não exercer nenhum outro cargo do poder público.
			TO.R.0020.04.4	Tornar efetiva a punição de gestores que descuprirem a lei de improbridade administrativa e a lei de responsabiloidade fiscal
			TO.R.0020.07.4	Estipular prazos para a tramitação na justiça de processos relacionados à corrupção
			TO.R.0134.06.4	Incluir a prática de corrupção como crime inafiançavel.
			TO.R.0330.11.4	Criar lei que torne a prática de corrupção em crime hediondo
			TO.R.0311.17.4	Uma vez comprovada a corrupção, que seja devolvido ao erário os valores corrigidos imediatamente;
			TO.R.0311.18.4	Punição aos maus gestores e servidorres públicos envolvidos em casos de corrupção, de não exercerem nenhum outro cargo público por tempo indeterminado;
			TO.R.0333.04.4	Tornar a corrupção um crime hediondo.
			TO.R.0168.04.4	Devolver integralmente os recursos públicos desviados ilegalmente.
			TO.R.0168.06.4	Imprimir mais rigor na punição de gestores que comprovadamente incorrerem em atos de corrupção.
			TO.R.0230.05.4	Adotar medidas para tornar efetivas as penalidades das leis, de forma a diminuir a sensação de impunidade.

			TO.R.0230.06.4	Tornar a corrupção um crime hediondo.
			TO.R.0306.04.4	Adotar medidas mais severas para servidores públicos que incorrem em atos de corrupção.
			TO.R.0538.04.4	Tornar inelegível o candidato que estiver respondendo processo referente à corrupção.
			TO.R.0333.17.4	Dar prioridade aos processos de apuração de crimes de corrupção em tramitação na justiça, com ampla divulgação de seus resultados
6	2787	Tornar obrigatória a participação em curso de capacitação relativo à administração pública, aos candidatos eleitos e sua equipe, em todas as esferas de governo, sob pena de não serem empossados.	TO.R.0017.08.4	Que os candidatos a cargos públicos eletivos tenham um preparo/capacitação em Administração Pública, antes de exercerem seus cargos.
			TO.R.0020.08.4	Criar programa obrigatório de capacitação de prefeitos eleitos e seus assessores diretos no período entre a diplomação e posse, sob pena de não ser empossado
7	2785	Tornar obrigatória a adoção de requisitos mínimos de escolaridade, conhecimento e mérito para agentes políticos ocupantes de cargos públicos em comissão, inclusive os secretários, nas esferas estadual e municipal.	TO.R.0311.15.4	Que os secretários municipais sejam escolhidos por mérito e/ou conhecimento da área e tenham um preparo/capacitação em administração pública, antes de exercerem seus cargos;
			TO.R.0333.18.4	Tornar obrigatória, para ocupação de cargos públicos em comissão para agentes políticos, em âmbito estadual e municipal, a adoção de requisitos mínimos de escolaridade e conhecimento.
8	2783	Criar ouvidorias municipais, com regulamentação federal sobre sua atuação,	TO.R.0020.12.4	Tornar obrigatória a criação de ouvidorias municipais, com regulamentação federal sobre a sua atuação.

		com o objetivo de combater a corrupção e para aumentar a interlocução entre o poder público e a sociedade civil.	TO.R.0305.05.4	Criar mecanismo para aumentar a interlocução entre poder público e sociedade civil.
			TO.R.0319.08.4	Criar ouvidoria municipal como media de combate a corrupção.
9	2781	Capacitar gestores e agentes públicos em assuntos relacionados ao desempenho ético de suas funções e à gestão pública por meio da criação de plano de cargos, carreira e salário para todos os setores da administração pública.	TO.R.0305.08.4	Capacitar agentes públicos para o desempenho ético de suas funções.
			TO.R.0230.04.4	Criar plano de cargos, carreira e salário para todos os setores da administração pública.
			TO.R.0319.04.4	Capacitar gestores municipais em assuntos relacionados a gestão publica.
10	2775	Incluir como tema transversal na estrutura curricular do ensino fundamental, médio e superior, disciplina sobre controle social, prevenção e combate à corrupção, para conscientizar o cidadão sobre os males causados pela corrupção.	TO.R.0006.05.4	Inserção na grade curricular das escolas públicas de ensino fundamental e médio de disciplina que insira o debate sobretudo no que diz respeito à prevenção da corrupção.
			TO.R.0017.06.4	Inserir o combate à corrupção como tema transversal da grade curricular educacional, como conteúdo a partir do ensino fundamental e como disciplina nos ensinos médio e superior.
			TO.R.0020.06.4	Criar um programa de educação sobre o tema Prevenção e Combate à Corrupção para ser trabalhado com crianças do Ensino Fundamental
			TO.R.0134.13.4	Inclusão dentroda transvesalidade de disciplina que trate sobre o combate à corrupção.
			TO.R.0330.13.4	Incluir como tema transversal na grade curricular da educação básica o combate à corrupção.
			TO.R.0311.16.4	Inserir no parâmetro curricular educaional, a partir do ensino fundamental uma disciplina ou por meio da transversalidade o tema corrupção e seus males;

			TO.R.0059.04.4	Incluir na grade curricular das escolas públicas diciplina de prevenção a corrupção,a partir do ensino fundamental
			TO.R.0319.06.4	Inserir na estrutura curricular a partir do ensino fundamental disciplina sobre controle social e prevenção e combate corrupçao.
11	2749	Promover campanhas educativas sobre ética e controle social para crianças, jovens e adultos com o objetivo de incentivar a participação da sociedade no acompanhamento da gestão pública, por meio de denúncia e acesso aos portais de transparência, com uso, inclusive, das redes sociais.	TO.R.0290.04.4	Promover campanhas educativas para incentivar a participação da sociedade no acompanhamento da gestão pública, por meio de denúncias e acesso aos portais de transparência
			TO.R.0290.13.4	Utilizar as redes sociais para incentivar o acesso aos portais de transparência.
			TO.R.0306.06.4	Criar campanhas educativas para crianças e jovens que promovam ética.
			TO.R.0306.16.4	Capacitar a sociedade para o exercício do controle social.
12	2746	Divulgar publicamente as prestações de contas das instituições públicas (escolas, hospitais,etc).	TO.R.0134.15.4	Divulgação pública das prestações de contas das instituições públicas(escolas, hospitais,etc).
13	2742	Incentivar a participação ativa da população no acompanhamento das ações da administração pública, entre elas a participação nas sessões públicas de licitação, no acompanhamento do processo licitatório e na execução dos contratos públicos.	TO.R.0290.05.4	Incentivar a participação da sociedade civil nas sessões públicas de licitação, no acompanhamento do processo licitatório e na execução dos contratos públicos
			TO.R.0538.20.4	Incentivar a participação ativa da população quanto ao acompanhamento das ações da administração pública.
14	4305	Tornar efetiva a punição de gestores públicos que incorrem na pratica de nepotismo.	TO.R.0330.17.4	Tornar efetiva apunição de gestores públicos que incorrem na pratica de nepotismo.

15	4304	Sabatinar os candidatos a cargos públicos eletivos com o intuito de averiguar a sua aptidão à gestão pública.	TO.R.0330.10.4	Sabatinar os candidatos a cargos públicos eletivos com o intuito de averiguar a sua aptidão àgestão pública.
16	4303	Propor fiscalização periódica sobre o desempenho dos profissionais da saúde	TO.R.0330.04.4	Propor fiscalização periódica no desempenho dos profissionais da saúde
17	4302	Aplicar punição rápida para os gestores que não apresentarem no tempo previsto na legislação a prestação de contas anual do município.	TO.R.0311.19.4	Punição rápida para os gestores que não apresentarem no tempo previsto na legislação a prestação de contas anual do município.
18	4301	Reduzir os privilégios concedidos a parlamentares.	TO.R.0306.05.4	Reduzir os privilégios concedidos a parlamentares.
19	4300	Tornar obrigatória a elaboração de um plano anticorrupção de forma integrada, envolvendo a participação direta da sociedade e das instituições competentes.	TO.R.0305.16.4	Tornar obrigatória a elaboração de um plano anticorrupção de forma integrada, envolvendo a participação direta da sociedade e das instituições competentes.
20	4299	Estender a aplicação da lei da ficha limpa a todos os ocupantes de cargos públicos.	TO.R.0230.19.4	Estender a aplicação da lei da ficha limpa a todos os ocupantes de cargos públicos.
21	4298	Implementar a reforma política dando transparência ao financiamento das campanhas eleitorais.	TO.R.0230.16.4	Implementar a reforma política dando transparência ao financiamento das campanhas eleitorais.
22	4297	Implantar ponto digital em todos os órgãos públicos.	TO.R.0059.17.4	Implantar ponto digital em todos os órgãos públicos.
23	4294	Tornar obrigatória a divulgação do faturamento das empresas que prestam serviços para orgãos públicos.	TO.R.0059.14.4	Tornar obrigatória a divulgação do faturamento das empresas que prestam serviços para orgãos públicos.
24	4293	Criar placar eletrônico para a divulgação diária	TO.R.0059.12.4	Criar placar eletrônico para a divulgação diária de receitas

		de receitas e despesas nos órgãos públicos.		e despesas nos órgãos públicos.
25	4292	Divulgar os instrumentos disponíveis à sociedade para denunciar ao ministério público e à defensoria pública	TO.R.0059.10.4	Divulgar os instrumentos disponíveis à sociedade para denunciar ao ministério público e defensoria pública.
26	4289	Realizar eleições diretas para os ocupantes de cargos eletivos do Poder Judiciário.	TO.R.0059.05.4	Realizar eleições diretas para os ocupantes de cargos eletivos do Poder Judiciário.
27	4288	Criar uma vara judicial específica para tratar de questões ligadas à corrupção.	TO.R.0020.11.4	Criar uma vara judicial específica para tratar de questões ligadas à corrupção
28	4277	Tornar obrigatório o acompanhamento de todas as fases dos processos de seleção pública de pessoal pelo Ministério Público.	TO.R.0020.09.4	Obrigatoriedade de o Ministério Público acompanhar todas as fases dos processos de seleção pública de pessoal
29	4273	Tornar obrigatória a divulgação do calendário das sessões mensais do Legislativo dando ênfase na aprovação das contas públicas.	TO.R.0017.19.4	Obrigatoriedade do Poder Legislativo em divulgar o calendário das sessões mensais dando ênfase na aprovação das contas públicas.
30	4272	Aprovar a lei da ficha limpa.	TO.R.0538.19.4	Aprovar a lei da ficha limpa.
31	4270	Proibir o voto secreto no poder legislativo.	TO.R.0333.20.4	Proibir o voto secreto no poder legislativo.
32	4269	Tornar crime o enriquecimento ilícito, injustificado, de ocupantes de cargo público.	TO.R.0333.15.4	Tornar crime o enriquecimento ilícito, injustificado, de ocupantes de cargo público.
33	4267	Estender a aplicação da lei de ficha limpa aos secretários municipais e estaduais e aos ministros.	TO.R.0168.20.4	Estender a aplicação da lei de ficha limpa aos secretários municipais e estaduais e aos ministros.
34	4266	Diversificar os mecanismos de divulgação dos processos licitatórios.	TO.R.0168.19.4	Diversificar os mecanismos de divulgação dos processos licitatórios.
35	4264	Criar mecanismo para que o recurso da merenda escolar vá direto para a escola.	TO.R.0134.20.4	Criação de mecanismo onde o recurso da merenda escolar vá direto para a escola.

36	4261	Realizar eleições diretas para os diretores de escolas públicas.	TO.R.0134.14.4	Eleições diretas para os diretores das escolas.
37	4260	Realizar a escolha dos secretários por meio de eleição, sendo respeitada a graduação e a área de atuação de cada um.	TO.R.0134.04.4	Escolha de Secretários por meio de eleição,sendo respeitada a graduação e a área de atuação de cada um.
38	4193	Aumentar o investimento em educação como forma de garantir a conscientização contra a corrupção.	TO.R.0333.16.4	Aumentar o investimento em educação como forma de garantir a conscientização contra a corrupção.
			TO.R.0306.07.4	Aumentar os investimentos em educação.
39	4181	Reestruturar os órgãos de fiscalização, como os tribunais de contas, para realização de trabalho mais efetivo e tempestivo de acompanhamento da gestão pública.	TO.R.0168.11.4	Reestruturar os órgãos de fiscalização, como os tribunais de contas, para realização de trabalho mais efetivo e tempestivo de acompanhamento da gestão pública.

Coube à Controladoria Geral do Estado promover o transporte e a hospedagem dos delegados do interior, bem como a alimentação de todos os participantes durante as atividades da Etapa Estadual, totalizando gastos na ordem de R$ 91.216,60 (noventa e um mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta centavos).

O evento contou com a presença de 357 participantes, sendo: 78 da sociedade civil, 48 do poder público, 17 dos conselhos de políticas públicas, 113 convidados e 103 observadores.

Ao final dos trabalhos chegou-se à eleição de 28 delegados e priorização de 20 propostas, consoante demonstrado a seguir:

II – DELEGADOS ELEITOS

NOME	SEGMENTO	VOTOS
1. AMILSON RODRIGUES SILVA	CONSELHOS PÚBLICOS	4 VOTOS
2. FRANCISCO RIBEIRO DE SOUSA	CONSELHOS PÚBLICOS	5 VOTOS
3. LUIS GOMES LEITE	CONSELHOS PÚBLICOS	5 VOTOS
4. ANA MADALENA DOS SANTOS	PODER PÚBLICO	6 VOTOS
5. ANTONIO DA SILVA LUCENA	PODER PÚBLICO	4 VOTOS
6. CRISTINA ALVES VIANA	PODER PÚBLICO	4 VOTOS
7. FLAVIANE MAGNA DE SOUZA S. ROCHA	PODER PÚBLICO	6 VOTOS
8. GEYLSON GALVÃO SALES	PODER PÚBLICO	5 VOTOS
9. LUZILENE MARTINS DA SILVA	PODER PÚBLICO	5 VOTOS
10. MAURIVAN DE SOUZA NUNES CARVALHO	PODER PÚBLICO	5 VOTOS
11. ABRÃO JORGE NETO	SOCIEDADE CIVIL	4 VOTOS
12. ADAILTON SIRINO ROCHA	SOCIEDADE CIVIL	3 VOTOS
13. ANA AMÉLIA ALVES DE SOUZA E SILVA	SOCIEDADE CIVIL	3 VOTOS
14. ANTONIO MARCOS DE MOURA	SOCIEDADE CIVIL	5 VOTOS
15. DORISMAR R. DOS SANTOS	SOCIEDADE CIVIL	3 VOTOS
16. ELAINE MARIA DE MIRANDA	SOCIEDADE CIVIL	6 VOTOS
17. EURÍPEDES PEREIRA DA SILVA	SOCIEDADE CIVIL	4 VOTOS
18. GILBERTO ANDRADE DA COSTA	SOCIEDADE CIVIL	3 VOTOS
19. HÉLIO ROBERTO PEREIRA DE ABREU	SOCIEDADE CIVIL	3 VOTOS
20. IVANETE P. COSTA NEVES	SOCIEDADE CIVIL	4 VOTOS
21. JARBAS CARVALHO DE MOURA	SOCIEDADE CIVIL	5 VOTOS
22. JOÃO PEDRO MIRANDA DOS REIS	SOCIEDADE CIVIL	5 VOTOS
23. LUCIMAR SANTANA MENDES	SOCIEDADE CIVIL	4 VOTOS
24. MARIA D'ALVA DOS SANTOS LOPES	SOCIEDADE CIVIL	4 VOTOS
25. OSANAN MOURA DOS SANTOS	SOCIEDADE CIVIL	5 VOTOS
26. RAIMUNDO MOREIRA DE CARVALHO JUNIOR	SOCIEDADE CIVIL	3 VOTOS
27. ROSIMEIRE PIRES RIOS	SOCIEDADE CIVIL	4 VOTOS
28. VENERANDA ROSA DE OLIVEIRA ELIAS	SOCIEDADE CIVIL	9 VOTOS

III – PROPOSTAS PRIORIZADAS

EIXO	PROPOSTA	VOTOS
MAIS VOTADAS POR EIXO		
I	INSERIR COMO TEMA TRANSVERSAL NO CURRÍCULO ESCOLAR A PARTIR DO ENSINO FUNDAMENTAL E NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, DISCIPLINA COM TEMAS SOBRE ÉTICA, TRANSPARÊNCIA, CONTROLE SOCIAL, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO.	63
II	INSERIR NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE FORMA INTERDISCIPLINAR PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SOBRE CIDADANIA, JUSTIÇA SOCIAL, ÉTICA E OUTROS TEMAS QUE TRATEM SOBRE CONTROLE SOCIAL, DESDE O ENSINO FUNDAMENTAL AO ENSINO MÉDIO PARA QUE AS PESSOAS TENHAM FORMAÇÃO POLÍTICA E SE TORNEM CIDADÃOS CRÍTICOS E PARTICIPATIVOS.	36
III	PUNIR, POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, O GESTOR QUE NEGAR OU DIFICULTAR AOS CONSELHOS O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DE TODOS OS RECURSOS DISPONIBILIZADOS AOS MUNICÍPIOS, SEJA DE ORIGEM MUNICIPAL, ESTADUAL SEJA FEDERAL.	59
IV	ESTENDER A APLICAÇÃO DA LEI DA FICHA LIMPA A TODOS OS OCUPANTES DE CARGOS PÚBLICOS.	43
MAIS VOTADAS GERAL		
III	GARANTIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM TODAS AS ESFERAS PÚBLICAS, TAIS COMO RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS E MATERIAIS. INCLUSIVE PARA CRIAÇÃO DE NÚCLEOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, PRÉDIOS PRÓPRIOS E COBERTURA DE CUSTOS DE DESLOCAMENTO DOS CONSELHEIROS AOS LOCAIS DE CAPACITAÇÃO, REUNIÕES E CONFERÊNCIAS; GARANTINDO A ESTRUTURAÇÃO, FUNCIONAMENTO E FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS.	43
I	TORNAR OBRIGATÓRIA E EFETIVA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS.	38
I	INSTITUIR O CONTROLE INTERNO COMO ÓRGÃO FISCALIZADOR, TORNAR OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PARA PROVIMENTO DE SEUS CARGOS E CRIAR POLÍTICAS DE INCENTIVOS AOS MUNICÍPIOS QUE TENHAM ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO EFETIVAMENTE FUNCIONANDO.	37
I	ASSEGURAR PROTEÇÃO A QUEM FISCALIZA OU DENUNCIA A MÁ GESTÃO PÚBLICA, INCLUSIVE AOS CONSELHEIROS.	37

IV	TORNAR MAIS RÍGIDA E EFETIVA A PUNIÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS QUE INCORREREM EM ATOS DE CORRUPÇÃO, POR MEIO DE ALTERAÇÃO DOS CÓDIGOS CIVIL E PENAL, COM A FIXAÇÃO DE PRAZOS PARA TRAMITAÇÃO NA JUSTIÇA DE PROCESSOS RELACIONADOS À CORRUPÇÃO, INCLUINDO A PRÁTICA DA CORRUPÇÃO COMO CRIME HEDIONDO, COMINANDO PENA DE DEMISSÃO, INELEGIBILIDADE E IMPEDIMENTO DE EXERCER OUTRO CARGO PÚBLICO, BEM COMO EXIGIR O RESSARCIMENTO DE IMEDIATO E INTEGRAL DOS VALORES DESVIADOS, CORRIGIDOS MONETARIAMENTE.	36
I	IMPLEMENTAR CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E EVENTOS EDUCATIVOS NO SENTIDO DE MOBILIZAR E SENSIBILIZAR A SOCIEDADE NA BUSCA DO CONHECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, DA TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS PÚBLICOS E DO CONTROLE SOCIAL	34
II	CRIAR CONSELHOS DE TRANSPARÊNCIA COM MEMBROS EXCLUSIVOS DA SOCIEDADE CIVIL COM PODER DE INVESTIGAÇÃO, PARA FISCALIZAR O DINHEIRO PÚBLICO E A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS, RECEBER DENÚNCIAS E ACOMPANHAR A APURAÇÃO DOS RESPECTIVOS PROCESSOS, GARANTINDO A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS ORGÃOS DE CONTROLE, COM VISTAS A UMA MAIOR CREDIBILIDADE POR PARTE DA SOCIEDADE CIVIL.	33
I	TORNAR OBRIGATÓRIA A CAPACITAÇÃO DE GESTORES E SERVIDORES E ESTRUTURAR OS ÓRGÃOS PARA MELHORAR A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO E DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS EXISTENTES, POSSIBILITANDO O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO E DOS PRAZOS ESTABELECIDOS.	32
III	CRIAR INCENTIVOS, TAIS COMO EMISSÃO DE CARTEIRINHA DE IDENTIFICAÇÃO E PASSES LIVRES, QUE VALORIZEM E ASSEGUREM A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NOS CONSELHOS. INCLUSIVE COM DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO LOCAIS, DE REUNIÕES ORDINÁRIAS NOS BAIRROS E COMUNIDADE PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS E PARA O DEBATE SOBRE O PAPEL DOS CONSELHOS NA PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, VISANDO MOBILIZAR A SOCIEDADE CIVIL PARA PROMOVER MAIOR INTERAÇÃO ENTRE ESTA E OS CONSELHOS.	31
II	GARANTIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM AÇÕES GOVERNAMENTAIS E DA SOCIEDADE CIVIL, CRIANDO FUNDOS DESTINADOS À PROMOÇÃO DE CURSOS DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO E DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E CONTROLE SOCIAL, TENDO COMO ÓRGÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS, ESCOLAS DE GESTÃO PÚBLICA.	30
III	ASSEGURAR QUE O PODER PÚBLICO OFERTE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL, POR MEIO DE CURSOS PRESENCIAIS, ORGANIZADOS DE FORMA REGIONALIZADA, NAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO. INCLUINDO A ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS, COM MULTIPLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS, OBJETIVANDO A HABILITAÇÃO DOS CONSELHEIROS, A INTERAÇÃO DOS CONSELHOS E A CONSCIENTIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DE SUAS FUNÇÕES.	28

IV	TORNAR OBRIGATÓRIA A ADOÇÃO DE REQUISITOS MÍNIMOS DE ESCOLARIDADE, CONHECIMENTO E MÉRITO PARA AGENTES POLÍTICOS OCUPANTES DE CARGOS PÚBLICOS EM COMISSÃO, INCLUSIVE OS SECRETÁRIOS, NAS ESFERAS ESTADUAL E MUNICIPAL.	28
I	IMPLANTAR OUVIDORIA NOS MUNICÍPIOS COMO CANAL DE COMUNICAÇÃO ENTRE O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.	26
I	CRIAR MECANISMO DE PUNIÇÃO PARA QUEM NÃO CUMPRIR A LEI Nº 9472/97 - QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, NA DIVULGAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO A INFORMAÇÃO E DADOS PÚBLICOS	26
II	CRIAR MECANISMOS, COMO, POR EXEMPLO, INCENTIVOS ÀS PREFEITURAS, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO SETORIAL, DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO, VISANDO MOBILIZAR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO ACOMPANHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS SERVIÇOS E OBRAS, GARANTINDO AO CONTROLE SOCIAL EFETIVIDADE DAS DECISÕES POR MEIO DE LEIS.	24
II	REALIZAR REUNIÕES NOS ESPAÇOS URBANOS E RURAIS, PROMOVENDO EVENTOS PARA AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL NAS AÇÕES DOS GESTORES PÚBLICOS.	24

É oportuno ressaltar que na oportunidade da abertura da Conferência Estadual foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a Controladoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, conferindo um caráter formal à parceria que há entre os órgãos de controle, sendo objeto do termo a disponibilização, por parte do TCE, de espaço físico para treinamento e capacitação do corpo técnico da CGE, bem como o acesso ao Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública – SICAP/AP, como forma de fortalecer o apoio institucional que o controle interno presta ao controle externo.

Palmas, 7 de maio de 2012.

Juvenal Gomes dos Santos
Subsecretário da Controladoria Geral do Estado
Presidente DA Comissão Organizadora Estadual

Joel dos Santos Brandão
Analista de Controle Interno – CGU/TO
Coordenador Executivo COE/TO